

INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES
CURSO DE ESTADO MAIOR

(1999 - 2001)



TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IAEM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.

A SEGURANÇA NA REGIÃO EURO MEDITERRÂNICA
IMPLICAÇÕES PARA PORTUGAL

Castro Rodrigues
Maj Inf "Cmd"

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Enquadramento histórico	2
3. Caracterização do Mediterrâneo	
a. Caracterização geral	4
b. Mediterrâneo - Permanente Zona de Tensões	8
4. Factores de Instabilidade	
c. Conflitos herdados do passado	
1) Conflito Israel-Árabe	15
2) Conflitos da ex Jugoslávia	16
3) Conflitos Étnico- Religiosos	17
d. conflitos Característicos da 2ª metade do sec. XX	
1) Conflitos territoriais herdados do passado	17
2) Conflitos comunitários	18
3) Conflitos com as minorias	18
e. Focos de Instabilidade	
1) A instrumentalização do Islão com fins político	18
2) Respeito pelos Direitos do Homem	19
3) A situação dos cristãos do Oriente	20
4) Disparidades económicas	20
5) Problemas com a Demografia e Emigração	21
6) Água, elemento estratégico	22
7) Os Hidrocarbonetos	22
8) O terrorismo	23
9) Proliferação de armas de destruição maciça	23
10) Rivalidade Europa/EUA	24
5. Segurança na Região Euro - Mediterrânica	
e. Ameaças à região euro-mediterrânica	25
f. Iniciativas diplomáticas no Mediterrâneo	27
g. Uma visão prospectiva	29
6. Implicações para Portugal	
h. A Diplomacia Portuguesa	36
i. Implicações para Portugal	38
j. Uma estratégia a seguir	40
7. Conclusões	43

O tema que me proponho desenvolver no decorrer deste trabalho, apresenta-se-me extremamente interessante, que mais não fosse pela actualidade que lhe está subjacente. Com efeito este assunto traz-nos automaticamente à ideia a questão Israel - Árabe, no preciso momento em que o Mundo assiste impotente ao desmoronar de todo o processo de Paz, em que alguns chegaram a acreditar.

E porquê esta crise assumir proporções que de facto ultrapassam claramente a região do Médio Oriente?

Porquê apesar de todos os esforços que tem sido feitos para a sua resolução, não se vislumbrar uma solução? E estes esforços têm sido concertados entre os seus promotores, ou será que se jogam ali interesses divergentes entre as potências, neste caso os Estados Unidos (EUA) e Europa ou União Europeia (UE)?

Mas será que este é a única fonte de preocupações que poderá obstar à segurança na região euro-mediterrânica? Ou será que de facto existem muitos outros factores de insegurança? E se estão diagnosticados, o que é que tem sido feito no sentido da construção de um modelo de Cooperação e Segurança para esta região? O que se prospectiva fazer?

Qual é a conjuntura actualmente vivida em toda esta região?

E Portugal, qual tem sido a sua política para o Mediterrâneo e quais as implicações em termos de segurança, que daí poderão advir para o nosso país e qual poderá ser o caminho a seguir?

Estas foram as grandes questões que se me levantaram quando comecei a pensar neste tema, é a elas que tentarei dar uma resposta concreta ao longo do trabalho. Se o conseguir fazer, darei como cumprido o meu objectivo.

Outras questões de não menos difícil resposta se me colocaram:

Portugal é ou não um País mediterrânico?

Fará sentido falar-se em região euro-mediterrânica? Que espaço compreende? Será possível falar-se isoladamente de uma região euro-mediterrânica?

Quanto à primeira questão é claro que Portugal geograficamente não é um País ribeirinho com o Mediterrâneo, uma vez que este só se inicia no estreito de Gibraltar. Pensei, de início, tratar-se esta de uma questão importante a que era imperioso dar uma resposta, era difícil encontrar essa resposta, as opiniões dividiam-se Relativamente à segunda questão, a resposta também não é fácil. De facto existem diferentes percepções sobre qual a área abrangida por este conceito (euro-mediterrânica). Para os europeus a região euro-mediterrânica compreende a Europa do Sul (Portugal, Espanha, França e Itália), o Magrebe e o Médio Oriente. Os Balcãs são excluídos desta região e tratados em separado, essencialmente pela consciência que a Europa tem da importância que esta região tem para a segurança e estabilidade da Europa.

Para os EUA a região euro-mediterrânica além da área considerada pela Europa inclui ainda os Balcãs e o Golfo Pérsico.

Parece-me que excluir os Balcãs neste trabalho, quando se irá abordar a segurança na região euro-mediterrânica, seria logo à partida amputá-lo duma região que assume um papel de relevo para essa segurança. Assim, ao longo do trabalho, ao referir-me à região euro-mediterrânica estarei a englobar nela a Europa do sul até à Turquia, o Médio Oriente e Magrebe.

O conceito de segurança que há pouco tempo atrás, enfatizava essencialmente a componente político-militar, aparece hoje como um conceito bastante mais amplo, englobando além da componente politico-militar, aspectos económicos sociais e culturais. O peso das diferentes componentes também se alterou. Enquanto no tempo da Guerra Fria, a componente politico-militar, assumia uma importância significativa, hoje

o peso das outras componentes é claramente mais preponderante do que na altura acontecia

- Também a segurança que se aplicava essencialmente aos estados, passou a referir-se a indivíduos, espaços regionais, locais, etc. A segurança reportava-se a riscos vitais como sejam a soberania, a independência, era rígida e facilmente previsível. Hoje a segurança tem um valor muito mais fragmentado, menos sustentável, mais difusa. Deixou de ser rígida e previsível, até porque os interesses, mesmo entre “aliados” e “amigos” deixaram de ser iguais para toda a gente.
- Outra alteração é o facto de ter passado a haver uma flexibilização do conceito de fronteira e uma multiplicidade de fronteiras. De facto começa a ser cada vez mais comum ouvir-mos falar em fronteira de interesses, cultural, de soberania, de segurança, económica etc. Também estas fronteiras são muito mais difusas, menos estanques.
- Também o conceito clássico de estado nação perde cada vez mais a sua preponderância. O estado abdicou de vários aspectos da sua soberania em proveito de organizações, que são superiores aos estados nação. No entanto estas organizações são formadas pelos estados.
- Apareceram também outras formas de poder. O “poder coacção” deixou de ser o único aparecendo agora o “poder influência” e o “poder atracção”¹.

Estas alterações que se verificam ao nível da segurança, levam a que o mundo se apresente hoje bastante mais complexo e confuso, de difícil interpretação.

Aos modelos de segurança colectiva, onde havia uma acumulação de poderes, sucedem agora os modelos de segurança cooperativa onde se fundem interesses.

É este de facto o modelo de segurança que a Europa tem procurado seguir. É este mesmo modelo que a Europa tem tentado implantar nesta região euro-mediterrânica.

Perante este quadro, parece lógico que o trabalho a desenvolver não se poderá restringir à componente político militar. Abrangerá antes outras áreas, que

¹ General Valença Pinto – Conferencia proferida no IAEM, em 12Dec2000.

adquiriram uma preponderância grande, no seu possível contributo para a segurança neste espaço.

Assim, após uma breve perspectiva histórica, iremos caracterizar o espaço euro-mediterrânico e analisar a conjuntura que actualmente aí se vive. Tentaremos de seguida definir aqueles que são os principais factores de instabilidade.

Abordaremos depois os passos que tem sido dados pela diplomacia, no sentido de implantar uma organização de segurança e cooperação nesta região e tentaremos prospectivar aquelas que poderão ser as orientações a curto prazo desta mesma diplomacia.

No terminar deste trabalho, tentaremos dum modo muito prático e muito palpável, diagnosticar as implicações para Portugal e qual poderá ser a resposta do nosso país, perante o quadro que se desenha nesta região.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Desde sempre o mediterrâneo tem sido o berço de grandes civilizações e também uma importante via de comunicação entre os povos que habitam nas suas margens. Este mar inicialmente apenas se ligava ao exterior pelos estreitos de Gibraltar e Dardanelos.

A civilização Egípcia foi das primeiras a estabelecer-se nas margens do Mediterrâneo.

Apareceram depois, no terceiro milénio AC as civilizações pré-Helénicas, que se desenvolveram essencialmente em torno do mar Egeu, tendo-se expandido e exercido a sua influência aos Balcãs, Sul de Itália e até Península Ibérica.

Mais tarde, cerca de 2000 AC e até 1550 AC, aparece e desenvolve-se a civilização Fenícia, que ao expandir-se para Oeste, viria a fundar Cartago, que rapidamente adquiriu uma preponderância tal, que se tornou um importante polo de poder, tendo dominado todo o Norte de África. Foi com os Fenícios que se desenvolveu um sistema de trocas comerciais até aí inexistente.

O final do primeiro milénio, nesta região, fica marcado pela civilização Grega que ao expandir-se deixou marcas profundas em termos culturais. Esta civilização veio a

cair aos pés do Império Romano. Foi sob o domínio deste Império que o Mediterrâneo se viria a transformar pela primeira e única vez na sua história, numa unidade política baseada no “*mare nostrum*”. Foi também sob legado deste Império que surgiu o cristianismo. Esta religião implantou-se em toda a parte norte do Mediterrâneo. Talvez tenham sido os Romanos aqueles que deixaram a maior herança cultural, política e administrativa. O Império Romano (do Ocidente), viria a terminar com as invasões dos povos do norte: Godos, Vândalos e Visigodos. O Império Romano do Oriente (Bizâncio) manteve-se até ao século XV.

No século VII, o Islamismo implanta-se em toda a costa Sul do Mediterrâneo. Expandiu-se para norte tendo ocupado grande parte da Península Ibérica, ocupação esta que terminaria sete séculos mais tarde, com a reconquista do reino de Granada.

Apareceram depois entre os séculos XI e XV, as cidades estado de Génova e Veneza que se constituíram como principais pólos do Mediterrâneo, dominando o sistema mercantil da época, tendo sido destronadas no século XV pelo Império Otomano. Este domínio Turco dos mares, desvalorizou-se com a descoberta da América, e do caminho marítimo para a Índia. O Mediterrâneo perdeu nesta altura muito do seu valor como meio de comunicação para o comercio Europeu.

No século XVIII, a Rússia começa a disputar a saída para os mares livres (não gelados), tendo-se assistido desde aí, até aos nossos dias, a disputas pelo controlo dos estreitos de Dardanelos e Bósforo.

Dá-se então a colonização Europeia do Norte de África que, juntamente com a abertura do canal do Suez, catapultou novamente esta região para uma posição de grande importância.

A Grã – Bretanha assume então uma posição hegemónica, controlando grande parte dos pontos estratégicos da região (Gibraltar, Malta, Chipre e Suez), até ao fim da 2ª Guerra Mundial.

A criação do Estado de Israel (1948) veio criar mais um foco de tensão no Médio Oriente, onde já por si as fronteiras artificialmente estabelecidas pelas potências ocidentais, haviam originado um clima de mal estar evidente.

As lutas pela independência e a Guerra Fria vieram transformar o Mediterrâneo num palco de confronto entre as duas superpotências. A Espanha, a França e a Itália aprofundaram o seu relacionamento com as ex-colónias. Os EUA mantiveram em permanência no Mediterrâneo a VI Esquadra e apoiaram regimes, alguns até impopulares e anti democráticos, com o intuito de conter a penetração soviética que se fazia essencialmente por sul. A URSS garantia um equilíbrio naval com a SOVMEDRON e patrocina movimentos de libertação, golpes de estado e até organizações terroristas.

Este equilíbrio e a sua manutenção condicionou toda e qualquer estratégia para a região durante este período. Com o fim da Guerra Fria deu-se também o desfazer deste equilíbrio, tendo-se alterado as relações privilegiadas que até aí existiam, as ajudas externas ou mesmo o peso de certos países nos contextos regionais (Turquia por exemplo) como mais à frente veremos.

Nesta nova e aparente “desordem”, surge a oportunidade para afirmação de novas potências regionais, novas hegemonias. Fruto de toda a heterogeneidade desta região, e à falta de uma ideologia unificadora, aparecem confrontos territoriais, étnicos e religiosos. As assimetrias agravam-se e tudo se conjuga para transformar esta zona numa região de grande instabilidade.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MEDITERRÂNEO²

O Mediterrâneo é um dos maiores mares do mundo, medindo cerca de 4000 km desde Gibraltar até ao Cáucaso e 1400km da costa da Líbia aos Alpes. É partilhado por 21 Países

São de considerar como pontos fundamentais para a liberdade de circulação e de passagem obrigatória, o estreito de Gibraltar, Canal do Suez, estreitos de Bósforo e Dardanelos, canal da Sicília e canal de Otranto.(Anexo B)

É no Mediterrâneo, como em mais nenhum sítio, que se aplica o famoso paradigma expresso por Samuel P. Huntington “*O Choque das Civilizações*” (Anexo C). Com efeito trata-se dum espaço onde confluem fronteiras de estados,

civilizações e religiões diferentes (Anexo D). Europa Ocidental e Mundo Eslavo a Norte, Médio e Próximo Oriente e Magrebe a Sul. Entre todos estes espaços existem múltiplos contrastes económicos sociais e culturais. Estas grandes diferenças acentuam outros problemas de fundo, conferindo a esta zona uma permanente e elevada instabilidade. Existem várias razões para se considerar esta zona de elevado valor estratégico. Assim, **geograficamente** é aqui que se faz a união de três continentes, Europa, Ásia e África. Em torno do Mediterrâneo há países bastante distantes e distintos entre si; com problemas comuns (de segurança colectiva caso da Turquia e da Espanha); com problemas completamente dispares (caso de Marrocos e Turquia).

Economicamente o Mediterrâneo é um espaço muito importante, uma vez que por lá se faz o transporte de grande quantidade de recursos energéticos, provenientes do Golfo Pérsico e do Norte de África e também os que provêm das indústrias europeias em alguns países do Sul (Itália e Grécia). Igualmente é fundamental como via de comunicação marítima para os países ribeirinhos.

Militarmente o seu valor advém do facto de a partir dele se ter acesso a três continentes e a dois oceanos.

Politicamente é composto por países bastante dispares, desde democracias consolidadas a outros com regimes pouco democráticos, com graves problemas económicos, sociais e alguns com conflitos internos.

Durante o período da Guerra Fria a divisão do Mediterrâneo em **Mediterrâneo Ocidental** e **Mediterrâneo Oriental**, era por todos aceite sem contestação.

A região **Ocidental**³ era uma zona mais ou menos estabilizada, tanto a Norte como a Sul, onde o bloco Ocidental dominava.

Na parte **Oriental**⁴ o problema era mais complexo. Com efeito havia uma tentativa de domínio por parte da URSS, mas este era dificultado pela existência duma série de questões regionais específicas, como o problema do Médio Oriente, as relações EUA-Israel, o flanco sul da OTAN, a tensão Greco-Turca, Chipre e a

² Anexo A

³ Compreende o espaço entre o estreito de Gibraltar e o estreito da Sicília

revolução Iraniana, o que levou a que, apesar da superioridade militar, não se pudesse dizer que a URSS aí dominava incontestavelmente.

Com o fim da Guerra Fria talvez esta divisão em Mediterrâneo Ocidental e Oriental perca sentido em termos políticos, no entanto vários autores continuam a referir-se ao Mediterrâneo, dividindo-o em Ocidental e Oriental⁵.

Os problemas e contextos regionais que aí existiam no período da bipolarização mantêm-se, podendo-se, em virtude destes e duma afinidade endógena, caracterizar no Mediterrâneo quatro grandes sub-regiões com uma maior homogeneidade, senão vejamos:

O **Magrebe**⁶ constitui um conjunto de problemas específicos: Saara Ocidental, o problema da Argélia e as suas tensões com Marrocos, as questões de Ceuta, Melilha e as tensões étnicas e essencialmente sociais aí existentes. Foi a partir do Magrebe, mais concretamente de Marrocos que os muçulmanos entraram na Europa. Existe nesta a consciência de que ainda hoje daí poderão vir grandes ameaças, caso aí se instale o fervor fundamentalista que se verifica noutros Países. Talvez isto explique o apoio deliberado ao regime de Marrocos e o ignorar constante do crescimento para Sul que este tem vindo a efectuar. Este regime é visto como uma barreira contra o avanço do fundamentalismo. A questão Saraui é o mais importante conflito de um País, onde metade da população é de cultura berbere e não árabe e faz passar para 2º plano problemas sociais profundos que Marrocos enfrenta.

A Argélia está mergulhada num confuso conflito interno. O regime no poder tem, nos 2 últimos anos, conseguido diminuir grandemente a actividade dos grupos fundamentalistas de carácter terrorista que aí actuam, mas o País encontra-se numa situação ainda longe de se poder considerar estável.

A Tunísia está aparentemente estabilizada.

⁴ Do estreito da Sicília para Este

⁵ Neste trabalho e para melhor percepção irei falar várias vezes nestes dois conceitos

⁶ Marrocos, Argélia, Líbia, Tunísia e Mauritânia

A Líbia, do Coronel Kadafi, vive num regime socialista muito próprio, tendo elegido como inimigo nº1 os EUA.

O **Médio Oriente**⁷ continua a ser um alvo preferencial da estratégia americana, devido aos recursos energéticos aí existentes e ao controle das linhas de comunicações marítimas. Os EUA têm-se aproximado sucessivamente de Israel, Egito, Iraque (na guerra contra o Irão), e recentemente (após a guerra do Golfo) da Arábia Saudita.

Esta é uma zona de elevada e preocupante instabilidade. Vários conflitos aí se dirimem que poderão alastrar as fronteiras daquela região: conflito Israel - Palestino e Israel - Árabe, o problema da Síria, as tensões Iraque - Irão, o fundamentalismo no Egito. O Egito vive inquietante entre o Magrebe e o Macherek. Tendo a importância que a sua história lhe confere, é também atormentado pelo terrorismo fundamentalista que atinge essencialmente o turismo, que é a principal indústria do País⁸.

O **Mediterrâneo Balcânico**⁹ é uma área bastante diversificada, mas também palco de permanentes focos de instabilidade, onde o conflito Greco - Turco relativo a Chipre e às ilhas Gregas situadas na plataforma continental Turca, marca toda esta região e é um dos mais antigos da história. Há também problemas com o fundamentalismo, a questão Curda na Turquia, a tentativa desta em criar um espaço económico próprio, reconquistando influência nas antigas Repúblicas Soviéticas e aproximando-se do Irão.

Os Balcãs são uma região onde se cruzam os interesses da Europa Central, da Rússia, da Itália e do mundo islâmico, fundem-se aí católicos, ortodoxos e islâmicos. A existência de importantes minorias étnicas em vários países, poderá levar a que os conflitos da Bósnia e do Kosovo possam estravar as suas fronteiras. Esta é de facto uma região atormentada ao longo da história por uma permanente instabilidade.

⁷ Síria, Líbano, Israel e Egito

⁸ Anexo Q

⁹ Eslovénia, Bósnia Herzgovina, Federação Jugoslava, Macedónia, Croácia, Albânia, Grécia, Turquia e Chipre

O Sul da Europa¹⁰ é a zona de maior coesão e estabilidade, onde a França tem aspirações hegemónicas como país de ligação entre os interesses do sul e do norte da Europa. Tem como principais focos de instabilidade, o crime organizado, o terrorismo Basco, o separatismo na Córsega e a questão de Gibraltar. Têm também, sobretudo em França, surgido problemas com as minorias emigrantes vindas do Magrebe e também da Turquia.

¹⁰ Portugal, Espanha, França e Itália (Portugal geograficamente fica fora da bacia do Mediterrâneo)



NOTA PRÉVIA

O tema que me proponho desenvolver no decorrer deste trabalho, apresenta-se-me extremamente interessante, que mais não fosse pela actualidade que lhe está subjacente. Com efeito este assunto traz-nos automaticamente à ideia a questão Israel - Árabe, no preciso momento em que o Mundo assiste impotente ao desmoronar de todo o processo de Paz, em que alguns chegaram a acreditar.

E porquê esta crise assumir proporções que de facto ultrapassam claramente a região do Médio Oriente?

Porquê apesar de todos os esforços que tem sido feitos para a sua resolução, não se vislumbrar uma solução? E estes esforços têm sido concertados entre os seus promotores, ou será que se jogam ali interesses divergentes entre as potências, neste caso os Estados Unidos (EUA) e Europa ou União Europeia (UE)?

Mas será que este é a única fonte de preocupações que poderá obstar à segurança na região euro-mediterrânica? Ou será que de facto existem muitos outros factores de insegurança? E se estão diagnosticados, o que é que tem sido feito no sentido da construção de um modelo de Cooperação e Segurança para esta região? O que se prospectiva fazer?

Qual é a conjuntura actualmente vivida em toda esta região?

E Portugal, qual tem sido a sua política para o Mediterrâneo e quais as implicações em termos de segurança, que daí poderão advir para o nosso país e qual poderá ser o caminho a seguir?

Estas foram as grandes questões que se me levantaram quando comecei a pensar neste tema, é a elas que tentarei dar uma resposta concreta ao longo do trabalho. Se o conseguir fazer, darei como cumprido o meu objectivo.

Outras questões de não menos difícil resposta se me colocaram:

Portugal é ou não um País mediterrânico?

Fará sentido falar-se em região euro-mediterrânica? Que espaço compreende? Será possível falar-se isoladamente de uma região euro-mediterrânica?



Quanto à primeira questão é claro que Portugal geograficamente não é um País ribeirinho com o Mediterrâneo, uma vez que este só se inicia no estreito de Gibraltar. Pensei, de início, tratar-se esta de uma questão importante a que era imperioso dar uma resposta, era difícil encontrar essa resposta, as opiniões dividiam-se. Ao ver um filme de banda desenhada da minha filha, (Tarzan), a determinada altura e respondendo a uma crise de identidade de Tarzan, a sua mãe gorila diz-lhe:

Fecha os olhos! Esquece o que vês! O que é que sentes?

Penso que esta poderá ser a resposta à primeira questão, Portugal sente-se, sempre se sentiu um País mediterrânico, assim tem agido e assim continuará a agir.

Relativamente à segunda questão, a resposta também não é fácil. De facto existem diferentes percepções sobre qual a área abrangida por este conceito (euro-mediterrânica). Para os europeus a região euro-mediterrânica compreende a Europa do Sul (Portugal, Espanha, França e Itália), o Magrebe e o Médio Oriente. Os Balcãs são excluídos desta região e tratados em separado, essencialmente pela consciência que a Europa tem da importância que esta região tem para a segurança e estabilidade da Europa.

Para os EUA a região euro-mediterrânica além da área considerada pela Europa inclui ainda os Balcãs e o Golfo Pérsico.

Parece-me que excluir os Balcãs neste trabalho, quando se irá abordar a segurança na região euro-mediterrânica, seria logo à partida amputá-lo duma região que assume um papel de relevo para essa segurança. Assim, ao longo do trabalho, ao referir-me à região euro-mediterrânica estarei a englobar nela a Europa do sul até à Turquia, o Médio Oriente e Magrebe.

Penso que era importante antes do início do trabalho definir o âmbito das questões a que tentarei dar resposta, bem como restringir a área sobre a qual incidirá o estudo.



1. INTRODUÇÃO

“Portugal é um País Europeu e simultaneamente Atlântico e Mediterrânico”

António Sérgio

Desenvolver um trabalho sobre segurança, numa altura em que este conceito é alvo de grande discussão afigura-se um desafio aliciante, essencialmente pelas alterações verificadas no conceito de segurança.

- O conceito de segurança que há pouco tempo atrás, enfatizava essencialmente a componente político-militar, aparece hoje como um conceito bastante mais amplo, englobando além da componente politico-militar, aspectos económicos sociais e culturais. O peso das diferentes componentes também se alterou. Enquanto no tempo da Guerra Fria, a componente político-militar, assumia uma importância significativa, hoje o peso das outras componentes é claramente mais preponderante do que na altura acontecia.
- Também a segurança que se aplicava essencialmente aos estados, passou a referir-se a indivíduos, espaços regionais, locais, etc. A segurança reportava-se a riscos vitais como sejam a soberania, a independência, era rígida e facilmente previsível. Hoje a segurança tem um valor muito mais fragmentado, menos sustentável, mais difusa. Deixou de ser rígida e previsível, até porque os interesses, mesmo entre “aliados” e “amigos” deixaram de ser iguais para toda a gente.
- Outra alteração é o facto de ter passado a haver uma flexibilização do conceito de fronteira e uma multiplicidade de fronteiras. De facto começa a ser cada vez mais comum ouvir-mos falar em fronteira de interesses, cultural, de soberania, de segurança, económica etc. Também estas fronteiras são muito mais difusas, menos estanques.
- Também o conceito clássico de estado nação perde cada vez mais a sua preponderância. O estado abdicou de vários aspectos da sua soberania em proveito de organizações, que são superiores aos estados nação. No entanto estas organizações são formadas pelos estados.



- Apareceram também outras formas de poder. O “poder coacção” deixou de ser o único aparecendo agora o “poder influência” e o “poder atracção”¹.

Estas alterações que se verificam ao nível da segurança, levam a que o mundo se apresente hoje bastante mais complexo e confuso, de difícil interpretação.

Aos modelos de segurança colectiva, onde havia uma acumulação de poderes, sucedem agora os modelos de segurança cooperativa onde se fundem interesses.

É este de facto o modelo de segurança que a Europa tem procurado seguir. É este mesmo modelo que a Europa tem tentado implantar nesta região euro-mediterrânica.

Perante este quadro, parece lógico que o trabalho a desenvolver não se poderá restringir à componente político militar. Abrangerá antes outras áreas, que adquiriram uma preponderância grande, no seu possível contributo para a segurança neste espaço.

Assim, após uma breve perspectiva histórica, iremos caracterizar o espaço euro-mediterrânico e analisar a conjuntura que actualmente aí se vive. Tentaremos de seguida definir aqueles que são os principais factores de instabilidade.

Abordaremos depois os passos que tem sido dados pela diplomacia, no sentido de implantar uma organização de segurança e cooperação nesta região e tentaremos prospectivar aquelas que poderão ser as orientações a curto prazo desta mesma diplomacia.

No terminar deste trabalho, tentaremos dum modo muito prático e muito palpável, diagnosticar as implicações para Portugal e qual poderá ser a resposta do nosso país, perante o quadro que se desenha nesta região.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Desde sempre o mediterrâneo tem sido o berço de grandes civilizações e também uma importante via de comunicação entre os povos que habitam nas suas margens. Este mar inicialmente apenas se ligava ao exterior pelos estreitos de Gibraltar e Dardanelos.

A civilização Egípcia foi das primeiras a estabelecer-se nas margens do Mediterrâneo.

¹ General Valença Pinto – Conferencia proferida no IAEM, em 12Dec2000.



Apareceram depois, no terceiro milénio AC as civilizações pré-Helénicas, que se desenvolveram essencialmente em torno do mar Egeu, tendo-se expandido e exercido a sua influência aos Balcãs, Sul de Itália e até Península Ibérica.

Mais tarde, cerca de 2000 AC e até 1550 AC, aparece e desenvolve-se a civilização Fenícia, que ao expandir-se para Oeste, viria a fundar Cartago, que rapidamente adquiriu uma preponderância tal, que se tornou um importante polo de poder, tendo dominado todo o Norte de África. Foi com os Fenícios que se desenvolveu um sistema de trocas comerciais até aí inexistente. O final do primeiro milénio, nesta região, fica marcado pela civilização Grega que ao expandir-se deixou marcas profundas em termos culturais. Esta civilização veio a cair aos pés do Império Romano. Foi sob o domínio deste Império que o Mediterrâneo se viria a transformar pela primeira e única vez na sua história, numa unidade política baseada no “*mare nostrum*”. Foi também sob legado deste Império que surgiu o cristianismo. Esta religião implantou-se em toda a parte norte do Mediterrâneo. Talvez tenham sido os Romanos aqueles que deixaram a maior herança cultural, política e administrativa. O Império Romano (do Ocidente), viria a terminar com as invasões dos povos do norte: Godos, Vândalos e Visigodos. O Império Romano do Oriente (Bizâncio) manteve-se até ao século XV.

No século VII, o Islamismo implanta-se em toda a costa Sul do Mediterrâneo. Expandiu-se para norte tendo ocupado grande parte da Península Ibérica, ocupação esta que terminaria sete séculos mais tarde, com a reconquista do reino de Granada.

Apareceram depois entre os séculos XI e XV, as cidades estado de Génova e Veneza que se constituíram como principais pólos do Mediterrâneo, dominando o sistema mercantil da época, tendo sido destronadas no século XV pelo Império Otomano. Este domínio Turco dos mares, desvalorizou-se com a descoberta da América, e do caminho marítimo para a Índia. O Mediterrâneo perdeu nesta altura muito do seu valor como meio de comunicação para o comércio Europeu.

No século XVIII, a Rússia começa a disputar a saída para os mares livres (não gelados), tendo-se assistido desde aí, até aos nossos dias, a disputas pelo controlo dos estreitos de Dardanelos e Bósforo.

Dá-se então a colonização Europeia do Norte de África que, juntamente com a abertura do canal do Suez, catapultou novamente esta região para uma posição de grande importância.



A Grã – Bretanha assume então uma posição hegemónica, controlando grande parte dos pontos estratégicos da região (Gibraltar, Malta, Chipre e Suez), até ao fim da 2ª Guerra Mundial.

A criação do Estado de Israel (1948) veio criar mais um foco de tensão no Médio Oriente, onde já por si as fronteiras artificialmente estabelecidas pelas potências ocidentais, haviam originado um clima de mal estar evidente.

As lutas pela independência e a Guerra Fria vieram transformar o Mediterrâneo num palco de confronto entre as duas superpotências. A Espanha, a França e a Itália aprofundaram o seu relacionamento com as ex-colónias. Os EUA mantiveram em permanência no Mediterrâneo a VI Esquadra e apoiaram regimes, alguns até impopulares e anti democráticos, com o intuito de conter a penetração soviética que se fazia essencialmente por sul. A URSS garantia um equilíbrio naval com a SOVMEDRON e patrocinava movimentos de libertação, golpes de estado e até organizações terroristas.

Este equilíbrio e a sua manutenção condicionou toda e qualquer estratégia para a região durante este período. Com o fim da Guerra Fria deu-se também o desfazer deste equilíbrio, tendo-se alterado as relações privilegiadas que até aí existiam, as ajudas externas ou mesmo o peso de certos países nos contextos regionais (Turquia por exemplo) como mais à frente veremos.

Nesta nova e aparente “desordem”, surge a oportunidade para afirmação de novas potências regionais, novas hegemonias. Fruto de toda a heterogeneidade desta região, e à falta de uma ideologia unificadora, aparecem confrontos territoriais, étnicos e religiosos. As assimetrias agravam-se e tudo se conjuga para transformar esta zona numa região de grande instabilidade.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MEDITERRÂNEO²

a. Caracterização Geral

O Mediterrâneo é um dos maiores mares do mundo, medindo cerca de 4000 km desde Gibraltar até ao Cáucaso e 1400km da costa da Líbia aos Alpes. É partilhado por 21 Países³.

² Anexo A

³ Espanha, França, Itália, Grécia, Albânia, Eslovénia, Bósnia-Herzgovina, Federação Jugoslava, Macedónia, Croácia, Turquia, Israel, Líbano, Líbia, Tunísia, Argélia, Egito, Marrocos, Chipre e Malta.



São de considerar como pontos fundamentais para a liberdade de circulação e de passagem obrigatória, o estreito de Gibraltar, Canal do Suez, estreitos de Bósforo e Dardanelos, canal da Sicília e canal de Otranto.(Anexo B)

O Mediterrâneo tem sido uma região de impossível unidade política e estratégica, assim se tem mantido e previsivelmente assim continuará.

Foi em torno do Mediterrâneo que a Europa forjou a sua cultura e cimentou o seu poder.

Com o fim da Guerra Fria , na conjuntura actual, o centro estratégico virou-se novamente para sul, para o Mediterrâneo.

É no Mediterrâneo, como em mais nenhum sítio, que se aplica o famoso paradigma expresso por Sammuel P. Hunttington “*O Choque das Civilizações*” (Anexo C). Com efeito trata-se dum espaço onde confluem fronteiras de estados, civilizações e religiões diferentes (Anexo D). Europa Ocidental e Mundo Eslavo a Norte, Médio e Próximo Oriente e Magrebe a Sul. Entre todos estes espaços existem múltiplos contrastes económicos sociais e culturais. Estas grandes diferenças acentuam outros problemas de fundo, conferindo a esta zona uma permanente e elevada instabilidade. Existem várias razões para se considerar esta zona de elevado valor estratégico. Assim, **geograficamente** é aqui que se faz a união de três continentes, Europa, Ásia e África. Em torno do Mediterrâneo há países bastante distantes e distintos entre si; com problemas comuns (de segurança colectiva caso da Turquia e da Espanha); com problemas completamente dispares (caso de Marrocos e Turquia).

Economicamente o Mediterrâneo é um espaço muito importante, uma vez que por lá se faz o transporte de grande quantidade de recursos energéticos, provenientes do Golfo Pérsico e do Norte de África e também os que provêm das indústrias europeias em alguns países do Sul (Itália e Grécia). Igualmente é fundamental como via de comunicação marítima para os países ribeirinhos.

Militarmente o seu valor advém do facto de a partir dele se ter acesso a três continentes e a dois oceanos.

Politicamente é composto por países bastante dispares, desde democracias consolidadas a outros com regimes pouco democráticos, com graves problemas económicos, sociais e alguns com conflitos internos.



Durante o período da Guerra Fria a divisão do Mediterrâneo em **Mediterrâneo Ocidental** e **Mediterrâneo Oriental**, era por todos aceite sem contestação.

A região **Ocidental**⁴ era uma zona mais ou menos estabilizada, tanto a Norte como a Sul, onde o bloco Ocidental dominava.

Na parte **Oriental**⁵ o problema era mais complexo. Com efeito havia uma tentativa de domínio por parte da URSS, mas este era dificultado pela existência duma série de questões regionais específicas, como o problema do Médio Oriente, as relações EUA-Israel, o flanco sul da OTAN, a tensão Greco-Turca, Chipre e a revolução Iraniana, o que levou a que, apesar da superioridade militar, não se pudesse dizer que a URSS aí dominava incontestavelmente.

Com o fim da Guerra Fria talvez esta divisão em Mediterrâneo Ocidental e Oriental perca sentido em termos políticos, no entanto vários autores continuam a referir-se ao Mediterrâneo, dividindo-o em Ocidental e Oriental⁶.

Os problemas e contextos regionais que aí existiam no período da bipolarização mantêm-se, podendo-se, em virtude destes e duma afinidade endógena, caracterizar no Mediterrâneo quatro grandes sub- regiões com uma maior homogeneidade, senão vejamos:

O **Magrebe**⁷ constitui um conjunto de problemas específicos: Saara Ocidental, o problema da Argélia e as suas tensões com Marrocos, as questões de Ceuta, Melilha e as tensões étnicas e essencialmente sociais aí existentes. Foi a partir do Magrebe, mais concretamente de Marrocos que os muçulmanos entraram na Europa. Existe nesta a consciência de que ainda hoje daí poderão vir grandes ameaças, caso aí se instale o fervor fundamentalista que se verifica noutros Países. Talvez isto explique o apoio deliberado ao regime de Marrocos e o ignorar constante do crescimento para Sul que este tem vindo a efectuar. Este regime é visto como uma barreira contra o avanço do fundamentalismo. A questão Saraui é o mais importante conflito de um País, onde metade da população é de cultura berbere e não árabe e faz passar para 2º plano problemas sociais profundos que Marrocos enfrenta.

⁴ Compreende o espaço entre o estreito de Gibraltar e o estreito da Sicília

⁵ Do estreito da Sicília para Este

⁶ Neste trabalho e para melhor percepção irei falar várias vezes nestes dois conceitos

⁷ Marrocos, Argélia, Líbia, Tunísia e Mauritânia



A Argélia está mergulhada num confuso conflito interno. O regime no poder tem, nos 2 últimos anos, conseguido diminuir grandemente a actividade dos grupos fundamentalistas de carácter terrorista que aí actuam, mas o País encontra-se numa situação ainda longe de se poder considerar estável.

A Tunísia está aparentemente estabilizada.

A Líbia, do Coronel Kadafi, vive num regime socialista muito próprio, tendo elegido como inimigo nº1 os EUA.

O **Médio Oriente**⁸ continua a ser um alvo preferencial da estratégia americana, devido aos recursos energéticos aí existentes e ao controle das linhas de comunicações marítimas. Os EUA têm-se aproximado sucessivamente de Israel, Egipto, Iraque (na guerra contra o Irão), e recentemente (após a guerra do Golfo) da Arábia Saudita.

Esta é uma zona de elevada e preocupante instabilidade. Vários conflitos aí se dirimem que poderão alastrar as fronteiras daquela região: conflito Israel - Palestino e Israel – Árabe, o problema da Síria, as tensões Iraque – Irão, o fundamentalismo no Egipto. O Egipto vive inquietante entre o Magrebe e o Macherek. Tendo a importância que a sua história lhe confere, é também atormentado pelo terrorismo fundamentalista que atinge essencialmente o turismo, que é a principal indústria do País⁹.

O **Mediterrâneo Balcânico**¹⁰ é uma área bastante diversificada, mas também palco de permanentes focos de instabilidade, onde o conflito Greco – Turco relativo a Chipre e às ilhas Gregas situadas na plataforma continental Turca, marca toda esta região e é um dos mais antigos da história. Há também problemas com o fundamentalismo, a questão Curda na Turquia, a tentativa desta em criar um espaço económico próprio, reconquistando influência nas antigas Repúblicas Soviéticas e aproximando-se do Irão.

Os Balcãs são uma região onde se cruzam os interesses da Europa Central, da Rússia, da Itália e do mundo islâmico, fundem-se aí católicos, ortodoxos e islâmicos. A existência de importantes minorias étnicas em vários países, poderá levar a que os conflitos da Bósnia e do Kosovo possam

⁸ Síria, Líbano, Israel e Egipto

⁹ Anexo Q

¹⁰ Eslovénia, Bósnia Herzgovina, Federação Jugoslava, Macedónia, Croácia, Albânia, Grécia, Turquia e Chipre



estravasar as suas fronteiras. Esta é de facto uma região atormentada ao longo da história por uma permanente instabilidade.

O **Sul da Europa**¹¹ é a zona de maior coesão e estabilidade, onde a França tem aspirações hegemónicas como país de ligação entre os interesses do sul e do norte da Europa. Tem como principais focos de instabilidade, o crime organizado, o terrorismo Basco, o separatismo na Córsega e a questão de Gibraltar. Têm também, sobretudo em França, surgido problemas com as minorias emigrantes vindas do Magrebe e também da Turquia.

b. Mediterrâneo – Permanente zona de tensões

Com o fim da Guerra Fria, o conjunto que forma o Mediterrâneo, com os numerosos estados que o rodeiam, pode ser considerado como a principal zona de tensões e interações geopolíticas a nível mundial.

O Mediterrâneo corresponde de “grosso modo” a todo um sector da longa linha que nos habituamos a traçar de forma mais ou menos esquemática sobre os planisférios para marcar a separação (contraste) entre os países desenvolvidos e os países sub desenvolvidos ou de terceiro mundo. Estes termos, que apareceram nos primeiros anos da Guerra Fria e foram durante muitos anos utilizados, estão progressivamente a ser substituídos pela expressão Norte - Sul, sem dúvida menos marcante.

Esta metáfora parece aplicar-se de forma particularmente ajustada aos elementos geográficos do Mediterrâneo Ocidental. Com efeito, em toda a sua extensão o contraste entre a sua fachada europeia (Norte) e a fachada africana (Sul) é por demais evidente.

Pode-se no entanto dizer que os numerosos conflitos que se podem observar na região Mediterrânica, não resultam necessariamente de tensões Norte - Sul. Com efeito ao redor do Mediterrâneo e sobretudo na sua parte Oriental, as rivalidades territoriais são em grande numero, entre nações vizinhas onde os níveis de desenvolvimento não são muito diferentes. Como exemplos temos; a Guerra que devastou a Bósnia ou a do Kosovo, a que opõe os Turcos e Curdos, ou o conflito latente em Chipre entre Gregos e Turcos.

¹¹ Portugal, Espanha, França e Itália (Portugal geograficamente fica fora da bacia do Mediterrâneo)



Mas estes conflitos territoriais localizados, porque se situam nesta zona de grandes tensões Norte – Sul que é o Mediterrâneo, desenrolam-se num contexto que implica mais ou menos directamente as grandes potências e consequentemente a Europa e os Estados Unidos. O papel destes últimos é hoje tanto mais determinante, devido à desagregação da URSS.

Parecia haver uma certa tendência para um entendimento Norte-Sul. Sintomático deste facto é a harmonia existente, desde o final dos anos oitenta, entre a União Europeia (UE) e os estados da fachada sul. Este entendimento tem no entanto sofrido vários reveses, tais como o traumatismo causado na opinião árabe pela Guerra do Golfo (1991), a Guerra civil na Argélia (após 1992), o fracasso dos acordos de Oslo (1993) entre Israel e a OLP, as tensões Greco-Turcas devido à questão de Chipre. Tudo isto fez pôr de parte, ou pelo menos estão “adormecidos”, projectos de mútuo desenvolvimento mediterrânico delineados por múltiplos governos da UE. Tem também sido defraudados os pedidos de adesão da Turquia à Europa¹².

O Mediterrâneo não é apenas uma zona de contraste económico entre o Norte e o Sul. Tem sido também durante séculos a zona de confronto entre o islão e o cristianismo e, na segunda metade do século XX, na Argélia e na Palestina, palco da luta dos povos árabes pela sua independência e contra os poderes do cristianismo e do judaísmo. Há alguns decénios poder-se-ia crer que este tipo de antagonismo político, de forma religiosa, pertencia ao passado. Hoje em dia podemos dizer que assim não é. Em Jerusalém os integristas religiosos, quer sejam judeus ou muçulmanos, parecem dominar, sendo melhor aceites e conseguindo melhores resultados que aqueles que colocam os problemas apenas em termos políticos. Após a Guerra do Golfo e a derrota do Iraque pela coligação internacional liderada pelos Estados Unidos, os movimentos islâmicos passaram a apelar mais que nunca à luta contra o Ocidente e fundamentalmente contra a Europa que deste “ocidente” é a parte mais próxima do mundo árabe.

Se olharmos com atenção todo o Mediterrâneo, verificamos que é essencialmente na sua parte Ocidental que o contraste económico e cultural é mais evidente entre Norte e Sul. O mesmo já não se passa na parte Oriental do Mediterrâneo ou seja a Leste da Itália e do estreito da Sicília.

No Mediterrâneo Ocidental, o Islão é a religião quase exclusiva nos países da fachada sul. Apesar de ter estado duramente implantado na Península Ibérica, ilhas Baleares e Sicília, foi daí

¹² Foi já aceite o processo de candidatura da Turquia, tendo esta adquirido o estatuto de candidato



banido há vários séculos (sec XV). Entretanto o Islão voltou a reimplantar-se na parte Norte a partir da segunda metade deste século, por efeito da emigração, sendo que em França (principal País de emigração magrebina) vivem cerca de 4 milhões de emigrantes do Norte de África. Estes são o resultado de relações coloniais, mas também de particularidades demográficas; como sejam, baixa taxa de natalidade nos países do Norte, forte crescimento demográfico nos países do Magrebe, mão de obra mais barata no Sul, crescimento económico da Europa.

Há que ter em conta também factores políticos da emigração, como a fuga a regimes autoritários e a procura na Europa de mais democracia, não obstante as reacções xenófobas à emigração muçulmana.

Assim, é no mediterrâneo ocidental que os contrastes Norte-Sul aparecem mais marcantes. Aos contrastes económicos juntam-se aqueles que resultam da história, consequências de um domínio colonial que apenas teve fim em 1962, após 7 anos de guerra na Argélia. É sobretudo no Mediterrâneo Ocidental que este contraste se concretiza geograficamente de maneira mais marcante por poderosos fenómenos relacionados mais ou menos contraditórios, que se combinam num velho contraste religioso e representações políticas tanto mais fortes dado resultarem de lutas recentes pela independência contra o domínio colonial.

Em contrapartida, na parte oriental do Mediterrâneo, a Este do estreito da Sicília, o contraste Norte –Sul é no seu conjunto bastante menos evidente e as tensões aí são bastante mais localizadas e mais complexas. Do ponto de vista económico o contraste Norte-Sul é aqui menos acentuado que no Mediterrâneo Ocidental. Com efeito tanto nos Balcãs como no Próximo Oriente, incluindo a Turquia, o desenvolvimento económico e social foi bloqueado durante séculos pelo arcaísmo do domínio dum grande Império do tipo “medieval” ou “asiático”, como foi o Império Otomano. Enquanto no Mediterrâneo Ocidental, o Islão está depois de 5 séculos separado dos países católicos pelo mar, o mesmo não se passa nos países que formam o Mediterrâneo Oriental. Os Turcos muçulmanos conquistaram todo o sudeste da Europa quase ao mesmo tempo que os cristãos expulsaram os muçulmanos de Espanha. Sobre a parte Sul do Mediterrâneo Oriental os cristãos, sobretudo os cristãos do Egipto, mantiveram-se aí em bastante maior numero que no Margrebe, onde quase desapareceram.



Nos Balcãs, muçulmanos e cristãos (de maioria ortodoxa) coexistiram durante muito tempo de forma mais ou menos conflituosa. Após a vitória dos diferentes movimentos nacionalistas contra o domínio otomano, esta complexa geografia de dependências religiosas sofreu a partir de meados do século XIX, sobretudo nos Balcãs, brutais tentativas de “purificação étnica”. As guerras balcânicas de 1912-13, seguidas das sequelas da 1ª Guerra Mundial, provocaram a partida dos turcos dos Balcãs, as rivalidades territoriais no entanto não cessaram entre os múltiplos povos do sudeste europeu, sejam católicos, ortodoxos ou muçulmanos. A Turquia aparece ainda para os cristãos como a ameaça histórica permanente.

Estas múltiplas tensões sobre a fachada Norte do Mediterrâneo Oriental, pouco tem a ver com o contraste Norte-Sul.

Nesta zona de tensões, a Turquia ocupa um lugar muito particular e o seu papel longe de declinar, tende a reforçar-se nas próximas décadas.

A primeira consideração é a importância privilegiada da Turquia, entre o Mediterrâneo e o Mar Negro, que comunicam pelos estreitos de Bósforo e Dardanelos. Daqui se tira a importância estratégica da Turquia, sobretudo durante o período da Guerra Fria. Poder-se-ia pensar, que com o fim desta, a Turquia deixaria de ter a importância que até aí tivera. Tal não acontece, com efeito a descoberta de importantíssimos jazigos de hidrocarbonetos, deram origem a uma série de novos estados petrolíferos que haviam surgido após a desagregação da URSS (Kazaquistão, Azerbaijão, Tucomenistão), sendo de notar que estes estados e outros que se encontram na vasta depressão onde se encontram os mares Cáspio e Aral, são estados “Turcofonos”, que restabeleceram com a Turquia relações que estiveram bloqueadas durante um século de domínio soviético. Volta assim a Turquia a ter um papel de relevo nesta região. Estas relações não se limitam ao domínio cultural, há também a questão dos fluxos petrolíferos, onde o grande problema tem a ver com o traçado dos oleodutos. A ideia destes atravessarem as montanhas Turcas em direcção ao estreito de Iskenderum (Alexandrette) (Anexo E) no Mediterrâneo encontra grandes dificuldades técnicas, mas também políticas, uma vez que é nessas montanhas que se instalam grande parte dos Curdos. Existe também a questão do povo Arménio, que reclama que seja reconhecido publicamente o genocídio de que foi vítima em 1915. A Síria reivindica para si Alexandrette, alegando ser esta parte integrante do seu território, que os



franceses durante a colonização cederam à Turquia, em troca duma não aliança com a Alemanha e da utilização das bases turcas, para eventuais operações sobre as instalações petrolíferas de Baku, em caso de conflito com a URSS.

A par de um muito forte impulso islamista, o problema do separatismo curdo e os ecos que suscita na Europa Ocidental, poderão contribuir para uma reviravolta fundamental das orientações geopolíticas da Turquia. Com efeito os Turcos depois do desastre que se seguiu à 1ª Guerra Mundial, conservam uma espécie de obsessão/trauma relativamente a uma nova redução do território nacional. É por outro lado isto que explica a prontidão da resolução pela qual a Turquia aderiu à OTAN, desde a sua criação, depois de Estaline ter reivindicado a região de Trébizonde que em tempos havia feito parte do Império Russo, para lá das fronteiras da Geórgia. Acresce ainda que a URSS por seu turno apoiou as reivindicações Kurdas de Mohamed Barzani. Para a Turquia, o problema curdo é fundamental, que mais não fosse pelo facto de que numa fatia considerável do território, que os movimentos separatistas curdos reivindicam para o Curdistão, os turcos serem aí maioria da população. O território reivindicado compreende todo o Este da Turquia para se prolongar para lá das actuais fronteiras Turco - Iranianas e Turco-Iraquianas, estende-se ainda até ao Mediterrâneo na região de Alexandrette (Iskenderum), cuja importância estratégica cresce ainda mais com os projectos de oleodutos, vindos da região do mar Cáspio (Anexo E).

Entretanto, o projecto islamista duma ruptura da Turquia com a Europa e a reconciliação histórica de turcos e árabes choca com o facto de a Síria, considerada como o lar da revolta Árabe de 1916, reivindicar justamente esta região de Alexandrette. Para apoio desta reivindicação, aceitou mais ou menos abertamente dar abrigo e apoio ao PKK, o movimento Curdo que é o principal adversário da Turquia.

Mas demograficamente e militarmente, a relação de forças é largamente favorável à Turquia. Esta tem ainda um trunfo considerável, que é o facto de ter construído três grandes barragens sobre o curso superior dos rios Eufrates e Tigre, que lhe permitem reter grande parte da água destes rios, privando desta, a Síria e ainda o Iraque. Não há dúvida que para a Turquia o problema curdo é fundamental e irá condicionar em grande medida a evolução das relações com os países da UE. As acusações formuladas, na Europa, contra as Forças Armadas Turcas na sua



luta contra os curdos, vêm reforçar a posição daqueles que se opõem à adesão da Turquia à UE, alegando que tal dará origem a um fluxo massivo de muçulmanos para Oeste. A isto junta-se a campanha levada a cabo pela Grécia, nos meios europeus, devido ao problema actual de Chipre e aos velhos contenciosos da expulsão dos gregos da Ásia Menor (1920), para se opor à adesão da Turquia.

Ora, nesta zona de tensões mediterrânicas a Turquia, ocupa uma posição cuja importância estratégica é cada vez mais considerável. Uma nova rejeição do pedido de adesão à UE e o desenvolvimento na Europa Ocidental de campanhas dos “media” mais ou menos favoráveis aos curdos, poderão incitar o governo de Ankara a fazer mostra da sua influência nos problemas dos Balcãs. E se é verdade que na Bósnia-Herzegovina a Turquia se manteve prudentemente reservada, apesar da pressão da sua opinião pública que invocava laços históricos da Turquia com os muçulmanos Bósnios, já no conflito do Kosovo manifestou abertamente o seu apoio aos Albaneses. Mais ainda, a Turquia pode levantar o problema da unidade Albanesa visto que esta ainda hoje se encontra privada de cerca de metade do território dum Estado Nacional Albanês. Com efeito as fronteiras da Albânia, aquelas que foram decididas em 1912, 1913, pelas potências, como hoje se diz, deixaram de fora do novo estado uma grande parte dos Albaneses. A maior parte deles são muçulmanos e não esqueceram os laços fortes que os unem à Turquia. Colocar o problema dos Albaneses é tornar a pôr não só este do território da Sérvia mas também da Macedónia que tem grande importância para a Grécia (Anexo F).

As múltiplas tensões que se manifestam a Norte e a Este do Mediterrâneo Oriental, quer se trate de albaneses, curdos ou bósnios, resultam em grande parte de reivindicações territoriais de nações que até há bem pouco tempo não estavam em condições de o fazer e que se opõem desta forma aos poderes de nações anteriormente constituídas e que por acréscimo são velhas rivais.

Mas o principal foco de tensões, de onde pode surgir um conflito mais vasto que este dos Balcãs é sem dúvida a Palestina. Tem origem também na rivalidade entre duas nações cuja formação foi tardia; Israel a meio do século XX (debaixo do efeito do movimento sionista que nasceu no fim do século XIX) e a Palestina que ainda não está verdadeiramente constituída após uma trintena de anos. Um e outro, disputam com argumentos tão contraditórios como legítimos, territórios de



pequenas dimensões, mas que carregam tanto para judeus como para muçulmanos e até cristãos, uma carga simbólica considerável.

Há cinquenta anos que árabes e judeus estão em conflito mas a situação mundial mudou. A URSS que durante muito tempo apoiou os países árabes, não existe mais, enquanto Israel pode contar seguramente com o apoio dos Estados Unidos. Em 1993, os acordos de Oslo foram acolhidos com grande esperança visto que implicavam reconhecimentos mútuos dos protagonistas: o de Israel pela Organização de Libertação da Palestina (OLP) e pelo governo Israelita de uma autoridade palestina que exercia poderes limitados sobre as porções da Cisjordânia e do território de Gaza. Estas porções múltiplas e separadas deviam ser progressivamente evacuadas pelas Forças Armadas Israelitas, que asseguravam a protecção das numerosas colónias Israelitas e o controle das estradas que separam os enclaves palestinos uns dos outros. Nestes acordos o problema de Jerusalém continuava suspenso.

Não há dúvida que o conflito que deflagra actualmente entre palestinos e Israelitas, põe a nu todo o fracasso destes acordos e poderá vir a ter consequências perigosíssimas e duma amplitude que ultrapassa largamente o Mediterrâneo.

Com efeito esta crise que actualmente vive um dos seus pontos mais quentes, levará a que provavelmente os Estados Árabes (que militarmente pouco poderão fazer contra a actual superioridade militar de Israel e o apoio Americano) iniciem uma crise extremamente grave entre o Mundo Árabe ou mesmo o Mundo Muçulmano e os Estados Unidos, Europa numa palavra “o Ocidente” considerado responsável deste acto de força.

Verificamos assim o porquê de no início deste capítulo se dizer que o Mediterrâneo não constitui nem virá a constituir uma unidade Geopolítica. É antes um espaço fragmentado e altamente instável, sofrendo influências várias. Foi de facto aqui que emergiram as mais relevantes civilizações da humanidade. O Mediterrâneo continua a ser hoje um mosaico de grupos culturais distintos que coexistem neste espaço¹³.

Esta diversidade de regiões, culturas, civilizações leva a que o Mediterrâneo de facto não constitua uma unidade, no entanto ao longo da história evidencia uma característica específica

¹³ Latino Cristão, Árabe Muçulmano, Turco Muçulmano, Ortodoxo e Judaico – Israelita



que é o facto de os problemas neste espaço, mesmo circunscrevendo-se a uma área específica, acabarem por afectar o todo, nada do que se passa a Norte deixará de se reflectir a Sul e vice-versa.¹⁴

4. FACTORES DE INSTABILIDADE

A segurança nesta região é ameaçada por vários factores de instabilidade, sejam eles os diversos conflitos existentes ou latentes, sejam focos geradores de tensões. Após a caracterização deste espaço, e termos tomado consciência de toda a complexidade de relações que se estabelecem no seu seio e da conjuntura actualmente vivida nesta região, vamos agora ver aqueles que são os conflitos existentes. Alguns são uma herança do passado, outros são característicos desta segunda metade de século. Analisaremos também aqueles que considero os principais focos de instabilidade que poderão vir de algum modo a ser geradores de clivagens e que poderão mesmo vir a afectar a segurança regional do espaço euro-mediterrânico.

a. Conflitos Herdados do Passado

As heranças que marcam novamente nos nossos dias as sociedades mediterrânicas, derivam também de fracturas no seio das diferentes religiões. No seio dos Cristãos existem cisões entre Católicos e Ortodoxos; nos Muçulmanos entre Xiitas e Sunitas (bem visível na guerra Irão Iraque, onde os Países árabes, maioritariamente Sunitas deram o seu apoio ao Iraque contra o Irão, maioritariamente Xiita), também no seio do judaísmo o assassinato de Isack Rabin veio mostrar a existência de clivagens.

Os conflitos existentes logicamente não tem uma causa única, alguns servem para ilustrar a articulação entre as heranças do passado e factores actuais.

1) O Conflito Israel-Árabe

È o maior conflito da bacia, vive actualmente um período de grande intensidade, opondo Israel aos Árabes e mais particularmente aos Palestinianos (muçulmanos e cristãos), tem por traz um evidente plano religioso, mas também ideológico: Após Théodore Herzl (1860-1904),

¹⁴ Mário Tavares de Almeida (Cor), A Segurança no Mediterrâneo, Implicações para Portugal (CSCD)



ter reunido o primeiro Congresso Judeu Mundial (1897) e ter elaborado a doutrina sionista esta não mais deixou de se opor ao nacionalismo árabe.

Não se pode ignorar o “sionismo revisionista” de Zeev Jabotinsky, exposto no seu livro “O Muro de Aço” que inspira o Likoud no qual se pode ler :

“Não poderemos oferecer nenhuma compensação à Palestina (...).

Por consequência um acordo voluntário é inconcebível. Toda a colonização deve prosseguir sem respeito pela vontade da população indígena. Portanto não pode prosseguir nem desenvolver-se sem ser ao abrigo da força, o que equivale a dizer um muro de aço que a população jamais possa quebrar. É esta a nossa política árabe. Formulá-la de qualquer outra forma seria hipocrisia”

Penso que esta citação é demonstrativa dos estados de espírito vividos pelas partes neste conflito. O conflito tem também bases culturais, linguísticas (Árabe e Hebreu, apesar de raças comuns), territoriais e económicas. Um dos problemas particularmente delicados a resolver é o do estatuto de Jerusalém que diz tanto a judeus, como a cristão e muçulmanos.

Desde a proclamação do Estado de Israel, em 1948, que este conflito periodicamente tem vivido vários períodos de Guerra . Assim em 1948-49 tivemos a **primeira guerra israelo-árabe**, em 1956 a **guerra do Suez**, em 1967 a **guerra dos seis dias (Anexo G)**, em 1973 a **guerra do Kippur**, em 1982 a **invasão do Líbano** e em 1987 a **Intifada**. Actualmente este conflito vive uma fase de efervescência com a perspectiva de um irreversível e rotundo fracasso do processo de Paz

2) Conflitos da Ex Jugoslávia

Até 1980, a República da Jugoslávia composta por Eslovénia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Montenegro e Macedónia (Anexo F), conseguiu manter a sua coesão apesar das disparidades entre estas nações. Estes povos são na sua grande maioria eslavos (excepto alguns descendentes dos otomanos) e falam servo-croata. No entanto o aspecto religioso tomou aqui um carácter nacionalista , territorial e étnico, opondo sérvios ortodoxos (escrevem cirílico), croatas católicos (utilizam caracteres latinos) e muçulmanos da Bósnia Herzegóvina da Croácia e da Sérvia. Face a este cenário, velhas clivagens reapareceram: O Vaticano mostrou o seu apoio aos croatas, os gregos tomaram o partido dos sérvios e Riade, Teerão e



Ankara naturalmente apoiaram os muçulmanos, embora cada um tentando mostrar que a sua concepção de Islão era a melhor.

Em 1995 foram assinados os acordos de Paz de Dayton, pondo fim a 3 anos de Guerra, de cessar fogos não respeitados e planos de paz rejeitados¹⁵.

3)Os Conflitos Étnico-Religiosos

Existem conflitos étnico-religiosos com disputas territoriais, em que dominam os aspectos nacionalistas, culturais e linguísticos. Gregos e turcos ao longo da história tem-se combatido sistematicamente e as feridas resultantes destas clivagens permanecem bem vivas, podendo-se reabrir a qualquer momento. Os motivos de fricção permanecem entre as duas capitais. A questão de Chipre, permanece desde 1974 (data da invasão Turca), opondo as duas comunidades da ilha e a situação parece bloqueada. As pressões internacionais visando a retirada das tropas turcas parece ter deixado de fazer efeito. Também o impacto da questão Arménia não é de subestimar. Em todos os locais por onde estão implantados, os arménios assinalam regularmente o genocídio de que o seu povo foi vítima em 1915, já reconhecido por vários países, e não param de reclamar o reconhecimento do cometimento deste genocídio pela Turquia.

b. Conflitos Característicos da 2ª metade do Sec XX

1)Conflitos Territoriais Herdados da Colonização

Os problemas de fronteiras que opõem os Países do Magrebe (Argélia/Marrocos, Argélia/Tunísia) tiveram origem nas independências. Aparentemente estão todos resolvidos excepto um, o do Saara Ocidental que Marrocos anexou e que entrava o funcionamento da União do Magrebe Árabe (UMA).

No próximo Oriente existem tensões entre o Egipto e o Sudão. Existe também o problema entre a Síria e a Turquia relativamente a Alexandrette (Iskenderum). Também a Síria exerce sobre o Líbano uma soberania, por estes mal tolerada. Outro conflito tem a ver com a divisão da Palestina feita em 1947, tendo-se esquecido que esta já havia sido amputada pelos ingleses de uma parcela do seu território para dar ao reino da Transjordânia (Anexo H).

¹⁵ Pascal Boniface, Atlas das Relações Internacionais



2) Os Conflitos Comunitários

A Guerra (ou as Guerras Gigones) do Líbano é emblemática deste tipo de conflito. Os afrontamentos tem de facto acontecido entre as diferentes comunidades, mas estas tem sido utilizadas como peões pelas grandes potências ou potências regionais. Assim, a França tem apoiado os maronistas e Moscovo os gregos ortodoxos. Teerão, mesmo durante a época do Chá sempre protegeu os xiitas, a República do Irão foi “madrinha” do Hezbollah (xiitas), enquanto por seu lado Riade deu o seu apoio aos conservadores do campo Sunita. Damasco por sua vez tem feito múltiplas alianças. O Líbano sofre ainda os efeitos da guerra entre o exército Israelita e o Hezbollah.(Anexo I)

3) Conflitos com as Minorias

Estes conflitos normalmente tem origem ou nos estados que se recusam a reconhecer direitos às minorias étnicas, ou em reivindicações independentistas por parte destas. As situações são mais ou menos conflituosas dependendo das regiões. No País Basco, na Córsega e mesmo no Kosovo podemos dizer que se tratam principalmente de focos de tensão. Por sua vez na Turquia temos uma verdadeira guerra opondo o estado central e os curdos. Também não se pode esquecer as rivalidades entre curdos de um estado e os de outro e até dentro do mesmo estado existem rivalidades entre eles.

No próximo Oriente os confrontos com as minorias religiosas adquirem normalmente um carácter étnico e territorial.

No Magrebe a questão Berbere suscita periodicamente divergências, principalmente na Argélia e em Marrocos, o que os respectivos regimes se esforçam por ocultar. As reivindicações Berberes (não são árabes) são principalmente culturais, mas que tem repercussões nos planos político, económico, linguístico (reclamam reconhecimento oficial da sua língua) e ideológico (reclamando algumas vezes a independência).

c. Focos de Instabilidade

1) A Instrumentalização do Islão com fins políticos

A subida da vaga islamista foi mediatizada a seguir à vitória do Ayatollah Khomeiny no Irão, em 1979. Mas ela havia já começado em 1967, a seguir à derrota árabe, na Guerra dos 6 dias



com Israel. Quanto à instrumentalização da religião com fins políticos e sob bases ideológicas, começou entre outras com a criação da Confraria dos Frades Muçulmanos (1928), no Egipto e prosseguiu após a 2ª Guerra Mundial, quando as “Petro-Monarquias” do Golfo tiveram necessidade de combater a influência que os movimentos revolucionários Pan-Árabes, laicos e socialisantes, começavam a adquirir.

A Arábia Saudita financiou mesmo (inclusivamente durante a segunda Guerra do Golfo-1990-91) a maior parte dos movimentos islamistas, incluindo a FIS Argelina e Eu Nahda na Tunísia. Devido à contestação sofrida a Arábia tem de certo modo revisto a sua política, continuando no entanto, a subvencionar milhares de obras religiosas vendidas a baixo preço ou mesmo distribuídas gratuitamente em muitos países muçulmanos.

Frequentemente, pelo menos inicialmente, os movimentos e os partidos islamistas são vistos pelas populações como uma defesa contra a corrupção e o autoritarismo dos regimes em vigor. Todavia estes últimos aproveitaram o aparecimento de grupos armados, no começo dos anos 90, para constituir uma “união sagrada” contra aquilo que é oficialmente qualificado como “movimentos terroristas”.

Os focos de Guerra subsistem na Argélia. Afrontamentos entre as forças da ordem e grupos armados são frequentes no Egipto. Após algum tempo ressurgem agora questões na Líbia. As escaramuças continuam nos territórios palestinianos. Na Síria, graças a uma mediação da Frente de Acção Islâmica, entabularam-se conversações entre as autoridades e os Frades Muçulmanos para uma reconciliação que vira a pagina sobre os afrontamentos que culminaram com o “massacre de Hama” em 1982, quando as Forças Armadas bombardearam quartéis e feudos islamistas.

2) Respeito dos Direitos do Homem

Esta questão é uma fonte permanente de tensões e até mesmo de conflitos, entre as sociedades ocidentais e os regimes autoritários no poder em vários países da bacia do Mediterrâneo. Isto apesar destes últimos serem signatários de várias cartas internacionais e da declaração de Barcelona, onde se inclui um parágrafo preciso e explícito sobre o respeito dos direitos do homem. No entanto é extremamente positivo o facto de pela primeira vez ter aparecido , um texto empenhando os estados e colocando o assento sobre o papel da sociedade civil e a



contribuição que ela pode trazer no processo de desenvolvimento da Parceria Euro-Mediterrânica.

O respeito pelos direitos do homem tornou-se em 1945 um objectivo fundamental das relações internacionais. Começa hoje em dia a ganhar forma a ideia segundo a qual os direitos do homem deverão ser adaptados às diferentes culturas e religiões e que aquilo que poderá “chocar” num determinado local poderá ser normal noutro. Tal parece no entanto ser mais uma estratégia de um certo número de Estados ditatoriais reagindo ao ocidente (Anexo J).

3) A Situação dos Cristãos do Oriente

Os cristãos do Oriente foram durante muito tempo ignorados pelos políticos, pelos média e mesmo pelos cristãos do ocidente, o seu destino começa agora a merecer alguma atenção, a ser evocado e alvo de alguma preocupação. Com efeito, por múltiplas razões (guerras Israel-Árabes, conflitos entre Estados Muçulmanos, escalada dos integristas, política israelita, regimes ditatoriais, dificuldades económicas, etc.) o êxodo destas comunidades foi acelerado, nos últimos 30 a 40 anos. Um exemplo eloquente é Jerusalém que em 1996 não teria mais de 10 000 cristãos quando nos anos 60 teria cerca de 25 000 e pouco antes 45 000.

No Egipto os coptas¹⁶ (ortodoxos, católicos e protestantes) são vítimas de violência. Não é inútil relembrar que Mohamed Ali¹⁷ fez aderir os coptas à cidadania, seu filho¹⁸ aboliu a Jizya¹⁹ a constituição de 1992 proclama a igualdade absoluta entre todos os Egípcios. Em contrapartida a Charia²⁰ ganha preponderância. Em 1971 era considerada “uma fonte importante” de inspiração para a organização da sociedade. Em 1980 o parlamento aprovou a alteração passando a ser considerada “a principal fonte”, os movimentos islamistas exigem agora que seja como no Sudão e na Arábia Saudita “a única fonte”²¹.

4) Disparidades Económicas

O Mediterrâneo é particularmente marcado pelas disparidades existentes entre o Norte e o Sul e mais particularmente entre o arco latino e o resto da bacia.

¹⁶ Cristãos Egípcios

¹⁷ Fundador do Egipto moderno

¹⁸ Said Pacha

¹⁹ Espécie de imposto pago pelos cristãos

²⁰ Lei Islâmica

²¹ Maria do Céu Ferreira Pinto, o Fundamentalismo Islâmico, Nação e Defesa (Julho, Setembro 1996)



Vejamos os indicadores: Espanha, França, Itália e Portugal representam cerca de 15% no comércio mundial enquanto que os restantes países ribeirinhos todos juntos não ultrapassam os 3%.

A relação entre os PIB per capita era em 1995 de 1 para 20. Os três países do Magrebe central (Marrocos, Argélia e Tunísia) efectuam 70 a 75% das suas trocas comerciais (importações e exportações) com a União Europeia, mas em contrapartida não representam mais de 3 a 4% das trocas desta. A isto junta-se a debilidade das relações comerciais inter magrebina e Magreb-Macherek.. (Anexo L)

As disparidades sob os planos cultural e turístico são da mesma ordem.

O processo Euro-Mediterrânico iniciado em Barcelona, para reduzir estes desequilíbrios, propõe a criação até 2010 de uma zona de comércio livre. Todavia especialistas em economia estimam que o período de adaptação será muito penoso para os parceiros do Sul e Este e corre-se o risco de vir a provocar tensões sociais internas bastante graves.

5) Problemas com a Demografia e Emigração

Em 1950, os países ribeirinhos do Mediterrâneo comportavam 250 milhões de habitantes, dos quais 2/3 no Norte e 1/3 no Sul. Em 1985 eram 360 milhões que se repartiam igualmente entre Norte e Sul. Entre 2000 e 2025 deverão passar de 450 para cerca de 600 milhões, dos quais 2/3 no Sul. Os maiores crescimentos situam-se, no Magrebe, no Egipto e na Turquia.

Do ponto de vista demográfico esta bacia apresenta um excelente mercado potencial e também uma importante reserva de mão de obra. Os indicadores demográficos levam-nos a uma conclusão que poderá ser preocupante. O escoamento do excesso de potencial humano na fachada sul tem-se feito através da emigração, quase exclusivamente para a Europa, onde existirão cerca de 5 milhões de emigrantes do Norte de África. A estes terá de se juntar um número significativo de refugiados vindos dos países de Leste e também emigrantes turcos. Conjugando as tensões normalmente geradas pelas comunidades muçulmanas, com o surgimento do xenofobismo (essencialmente na Alemanha e na França) levam a que esta questão tenha que ser tratada com o cuidado e importância que de facto merece.

Face a isto e a estas previsões, os Estados Europeus reduziram o crescimento da emigração e tomaram medidas para a limitar e controlar. Paradoxalmente o Norte propõe parceria ao sul



mas vê-o como ameaça²². Esta situação tem sido vivamente sentida pelo Sul e pelo Este, provocando uma grande dose de incompreensão e frustrações.(Anexo M)

6)Água, Elemento Estratégico

Se bem que nos últimos 30 anos o petróleo tenha sido o recurso essencial, nos próximos será sem dúvida a água a adquirir esse estatuto. Segundo diversos estudos já efectuados, até 2025, o aumento do consumo de água nesta região será de 50% no Norte e de 400% no Sul e Este, onde já existem situações problemáticas.

Como elemento estratégico fundamental, a água é já, desde há alguns anos, objecto de contestação e de tensões entre a Turquia, a Síria e o Iraque e entre Israel e os seus vizinhos (até mesmo entre Portugal e Espanha surgem desencontros nesta área que perturbam as relações dos dois Países).

O planalto Golan (montes Golan) é neste aspecto exemplar. Com efeito em 1967, este planalto teve para Israel um valor estratégico muito grande do ponto de vista militar. Com o aparecimento dos mísseis de médio alcance esse valor foi consideravelmente reduzido. Actualmente são as suas reservas de água (considerado uma autentica “esponja”) que lhe dão novamente grande importância estratégica e são considerados uma perda fundamental para todos os vizinhos da Síria.

7) Os Hidrocarbonetos

O problema do domínio dos abastecimentos de petróleo é uma preocupação grande especialmente para os países industrializados, foi até na 2ª Guerra do Golfo a causa do conflito. É na zona do Mediterrâneo (englobando os países árabes do golfo) que se encontram as reservas mais importantes e onde o preço da extracção é o mais baixo do mundo.

A questão dos recursos de gás é mais complexo. Com efeito a exploração de gás supõe instalações onerosas e implica desde logo contratos a longo prazo. Por consequência o importador e o exportador estão ligados e estão interessados em cooperar de mútuo acordo como mostram os gasodutos Magrebe - Itália e Magrebe - Espanha - Portugal. As principais ameaças são os grupos terroristas que poderão sabotar estas instalações. Esse receio existe

²² Paul Balta, La Méditerranée en Tant que Zone de Conflits



especialmente na Argélia, que leva a um empenhamento grande deste país na prevenção de possíveis sabotagens .

8) O Terrorismo

O terrorismo é um dos motivos de preocupação da comunidade internacional, sobretudo na região do Mediterrâneo. O terrorismo tem aparecido intimamente ligado ao fundamentalismo. O Médio Oriente é a zona mais significativa no que diz respeito à violência terrorista. Existem grupos que se opõem aos acordos entre a OLP e Israel. Estes grupos vêem Arafat como um traidor da causa Palestiniana. Esta oposição provem de grupos fundamentalistas Islâmicos como o Hamas e Jihad Islâmica, conhecidos pelo seu fanatismo religioso.

Em quase todos os países muçulmanos há grupos radicais fundamentalistas islâmicos, prontos a conduzir uma “guerra santa” contra os regimes árabes moderados.

O fundamentalismo islâmico poderá ter tendência para atingir objectivos nos países ocidentais que apoiem regimes moderados árabes.

O Médio Oriente é também a zona do globo onde maior numero de estados apoiam o terrorismo: Irão, **Síria**, Sudão, **Líbia**, Iraque. Também o Afeganistão se tornou um autentico santuário para os grupos terroristas (Anexo N).

Um cenário preocupante seria a importação para a Europa de conflitos religiosos através das comunidades emigrantes.

9) Proliferação de armas de destruição maciça

As Forças Armadas dos Países da fachada sul, não constituem ameaça à segurança da Europa. Existem de facto assimetrias com os gastos na defesa. E se este fenómeno se aceita para as zonas de conflito como os Balcãs, Grécia, Turquia Israel, Síria etc, noutros países existem Forças Armadas sobredimensionadas, que se destinam essencialmente a fazer face a factores de instabilidade internos e em apoio de regimes ditatoriais. Poderão também constituir um factor de afirmação nos contextos regionais.

No que diz respeito às Armas de Destruição Maciça (ADM), a Líbia possui armas químicas e mísseis de longo alcance, suspeitando-se que possa vir a adquirir mísseis à Coreia, com um alcance de cerca de 3 000 km. A Líbia possui, segundo fontes americanas uma fábrica de agentes químicos e continuará a recrutar técnicos nucleares chineses e russos.



A Argélia também dispõe de um reactor nuclear e já foi detectado outro em construção.

O Egipto tem um reactor fornecido pela Rússia, no entanto não parece ter programas de desenvolvimento de armas nucleares, possui armas químicas e mísseis balísticos.

No Médio Oriente, Israel dispõe de Armas nucleares e o Iraque tem continuado com programas para o seu desenvolvimento.²³

10) A Rivalidade Europa - América

Com efeito a Europa e os EUA, podem ser parceiros e aliados e não ter os mesmos interesses políticos, económicos e culturais. Isto é particularmente verdade no Mediterrâneo e no mundo Árabe. Os americanos encarregaram-se de torpedear o dialogo Euro – Árabe, porque não haviam sido associados. Também a sua atitude inflexível relativamente à Líbia e a manutenção do embargo contribuiu para bloquear a concertação 5+5.

Poder-se-á citar também a Conferência para a Segurança e Cooperação no Mediterrâneo (CSCM) proposta pela Espanha e Itália. O projecto não terminou, pelo facto de a França não desejar a participação dos EUA, e também porque estes últimos mantinham certas reservas relativamente a uma futura interferência da CSCM, por conseguinte dos europeus, no processo de paz Israel – Árabe. Verifica-se também que os EUA têm-se mostrado mais compreensivos, (ou mais ambíguos), que os Europeus relativamente aos movimentos islamistas sobre a fachada sul do Mediterrâneo e muito particularmente na Argélia.

A vontade de penetração económica e cultural de Washington nesta região tem-se afirmado ao longo dos anos. Todas estas divergências que durante o período da Guerra fria foram camufladas, vêm agora à superfície com o desejo da UE de jogar no Mediterrâneo (e fora dele) um papel político à medida da sua potência económica. Os desacordos entre Washington e Bruxelas no que respeita, entre outros, à reorganização do Comando do flanco sul da OTAN, reflectem estas diferenças de interesses, geradoras de fricções e até mesmo de tensões.

São estes os principais factores de instabilidade que perturbam o quadro regional. Irei agora analisar aquelas que foram as principais iniciativas diplomáticas levadas a cabo com o intuito de implantar uma organização de segurança e cooperação nesta região.

²³ Abel Cabral Couto – Proliferação e contra-proliferação



5. SEGURANÇA NA REGIÃO EURO - MEDITERRÂNICA

a. Ameaças à Região Euro-Mediterrânica

O Mediterrâneo sempre se caracterizou por elevados níveis de interação e também de conflitos entre civilizações, povos e religiões. Hoje apesar da interdependência alcançada pelos países e regiões que limitam a bacia, o Mediterrâneo é ainda uma área de grande instabilidade. Constitui a fronteira entre uma Europa rica, estável e desenvolvida por um lado e um Norte de África e Médio Oriente completamente fragmentados, por outro. Hoje na região não há de facto uma grande ameaça como acontecia durante a guerra fria. Todavia, esta região caracteriza-se por um vasto leque de novos e velhos conflitos, (inter e intra estados) (Anexo O) e uma série de riscos como a **disparidade demográfica e sócio - económica** existente entre o norte e o sul, a tensão causada pela **emigração, riscos ambientais, terrorismo, actividades ilegais**, várias formas de **extremismo religioso, proliferação de armamento e disputas de recursos** (petróleo, minérios estratégicos e água).

A maioria destes conflitos e riscos tem as suas fontes ao nível sub regional na fachada sul.

Como exemplos de conflitos inter estados, podemos referir aqueles que se caracterizam por disputas territoriais e fronteiriças como os que se verificam entre Israel e Palestina, Israel e Síria, Israel e Líbano, Grécia e Turquia, Turquia e Síria, Egipto e Sudão, Espanha e Marrocos e no Saara Ocidental. Os conflitos intra-estados são caracterizados essencialmente pelas rivalidades etnico-culturais, como são os casos da ex Jugoslávia, Chipre e também a questão curda se pode em parte inserir neste tipo de conflitos.

A todos estes conflitos há que juntar o terrorismo na Argélia e Egipto. Existem também potenciais conflitos ou conflitos emergentes, motivados pela disputa dos escassos recursos de água, particularmente no Médio Oriente, entre Turquia, Síria e Iraque; entre Israel e seus vizinhos (devido aos montes Golan) e entre Egipto, Sudão e Etiópia.

Nalguns casos a situação complica-se uma vez que há uma conexão entre as raízes territoriais e etnico-culturais dos conflitos, como é o caso da rivalidade Greco-Turca e a disputa Israel-Árabe. No entanto parece evidente que exceptuando o eterno conflito Israel- Árabe, o perigo da guerra e a insegurança que se vive nos países em torno do Mediterrâneo, advém mais de linhas de fractura



que se desenham no interior dos próprios estados, do que da possibilidade de afrontamentos entre Estados. Esta é, de facto, uma realidade que não se pode ignorar depois das guerras na ex Jugoslávia, do problema na Albânia, o problema Curdo e a implosão Argelina. Os casos da Somália, Ruanda, Chéchenia, as tensões Azeri-Arménias, e Georgianas, mostram que esta tendência para a decomposição em sub espaços étnicos é um fenómeno que não se limita apenas ao espaço Mediterrânico. Existe indubitavelmente uma relação entre este fenómeno e o fim da bipolaridade estratégica Russo-Americana, mas esta relação ainda não foi precisada. Segundo Samuel Huntington este fenómeno advém do facto de, com o fim da Guerra fria, os povos (sobretudo os que faziam parte do bloco soviético) terem perdido aquilo que os unia, que era um ideal ou uma ideologia comum. Com a perda desta, e sabendo-se que os povos necessitam de ter algo de aglutinador que os faça sentir imbuídos de um espírito de grupo ou nação, vieram à tona outros valores que o pudessem fazer, com a religião a assumir aí um papel decisivo²⁴. Claro que este “virar” para as religiões levou a que as tensões emergissem e as feridas reabrissem. Esta poderá de facto ser uma explicação para este nova realidade de conflitos.

As lutas internas e externas sobre o mosaico dos estados ribeirinhos, foram dominadas desde a 2ª Guerra Mundial pela oposição Leste-Oeste (Russo-Americana), tendo sido transportada ao nível dos estados, como se de uma luta de classes se tratasse, enfatizando o confronto entre o Norte desenvolvido e o Sul sub desenvolvido. Com o desaparecer da URSS, esta configuração terminou, entramos assim no que concerne à segurança no Mediterrâneo, num sistema onde os EUA assumem uma liderança incontestável. Mas esta liderança é perturbada regionalmente pela rivalidade entre a Europa e os EUA. A Europa joga nesta região a sua segurança imediata. O Mediterrâneo está na esfera dos seus interesses de segurança imediatos, por sua vez para os EUA o Mediterrâneo é sobretudo uma linha de comunicação fundamental, para os recursos petrolíferos e de Gás do Golfo que é essencial preservar. É antes um interesse económico e energético global, mas não um problema imediato de segurança da vizinhança.

É importante ter esta noção para se compreender todas as acções tomadas e que se poderão vir a tomar relativamente a esta área.

²⁴ SAMUEL P. HUNTINGTON – Choque das Civilizações



Para a Europa, o Mundo Árabe e o Mediterrâneo, não são apenas a rota do petróleo, mas são também o seu Sul, o equivalente ao México e ao Rio Grande para os EUA. A intromissão dominante dos EUA sobre o Mediterrâneo é por conseguinte um instrumento de liderança (mais um) americana sobre a Europa.

O clima de instabilidade e insegurança vivido nesta região explica o crescente interesse dos estados, organizações internacionais, instituições de segurança, governos e organizações não governamentais, pelo Mediterrâneo e os esforços feitos no sentido da criação de uma estrutura de dialogo e cooperação, de modo a impedir que o Mediterrâneo se transforme numa nova “cortina de ferro”.

Isto explica a proliferação de iniciativas diplomáticas que têm caracterizado as relações multilaterais no Mediterrâneo desde os anos 70. A importância do multilateralismo ao invés do bilateralismo e a globalização dos problemas requerem soluções colectivas que na realidade são características das relações contemporâneas no Mediterrâneo, uma área geopolítica fragmentada, caracterizada por diferentes culturas, regimes políticos, estruturas económicas e sociais e níveis de níveis de desenvolvimento.

Este ambiente geopolítico ilustra a especificidade dos assuntos de segurança no Mediterrâneo e a dificuldade de implementação de um modelo de prevenção e gestão de conflitos, como o aplicado nas relações este-oeste.

b. Iniciativas Diplomáticas no Mediterrâneo

A diplomacia mediterrânica, no meu entender está indelevelmente marcada por três factores distintos, de grande importância em todo o processo diplomático para o Mediterrâneo e que serão os grandes responsáveis pelos fracassos das iniciativas diplomáticas que têm sido tentadas, com vista à implementação de organizações de cooperação e segurança para esta região; são eles: A guerra fria, a rivalidade EUA-Europa e o conflito Israel-Árabe.

Qualquer destes factores se constituiu em diferentes alturas, como obstáculo inultrapassável ao sucesso das diferentes iniciativas. No **Anexo P**, é feita uma análise da evolução da diplomacia do Mediterrâneo nos últimos 30 anos, com vista à implementação de uma zona (ou sub-zonas) de paz e estabilidade nesta região.



Parece hoje unanimemente aceite que o desenvolvimento e a estabilidade da região estão umbilicalmente ligadas à segurança que nela se conseguir. Também parece agora amplamente aceite (mesmo pelos países do norte da Europa) que não se pode separar a segurança da Europa, da segurança do Mediterrâneo. No entanto de todas estas iniciativas apenas permanecem em funcionamento três (Processo de Paz Israel-Árabe, Cimeira do Médio Oriente e Norte de África e Parceria Euro Mediterrânica), todas as outras têm resultado em fracassos completos. Estes fracassos resultaram de diferentes factores e conjunturas. Durante a Guerra Fria foram essencialmente as condições impostas pelos dois blocos, após esta foi a pretensão hegemónica dos EUA, sobretudo relativamente ao Médio Oriente, com o consequente boicote às iniciativas que não fossem da sua autoria, ou pelo menos que a elas estivesse associado e também o Processo de Paz Israel-Árabe que, é hoje claro, constitui um obstáculo intransponível para qualquer iniciativa no sentido de se instaurar nesta região uma Organização Política de Cooperação e Segurança.

É significativo que o crescente interesse pelo Mediterrâneo não se tem restringido aos países mediterrânicos, antes envolve actores exteriores à região, organizações internacionais, parlamentos, instituições de segurança, institutos de pesquisa e homens de negócios, etc. Um sinal claro da preocupação com que a situação na área do Mediterrâneo é encarada, mas também a consciência das oportunidades existentes na região. Esta abundância de iniciativas diplomáticas, representa por si só um sinal positivo, mostra que de facto existe um interesse real pelos problemas na bacia do Mediterrâneo e acima de tudo a necessidade de os resolver colectivamente. É no entanto fundamental conciliar os objectivos das várias iniciativas (respeitando o seu carácter específico), evitando duplicações inúteis e uma competição prejudicial.

A perspectiva sobre as diferentes iniciativas (feita no Anexo M) que, ao longo da história mais recente, foram empreendidas, com o intuito de criar uma zona de paz e estabilidade nesta região, e a análise dos motivos porque, de uma maneira ou outra, não obtiveram sucesso, irá facilitar a visão prospectiva que se irá seguir.



c. Uma visão prospectiva

O Processo de Paz Israel-Árabe continua a condicionar toda e qualquer iniciativa tendente a criar uma estrutura de segurança e cooperação na região. A tentativa mais séria e que mais expectativas criou (Parceria Euro Mediterrânica), encontra-se completamente refém deste processo, que tem sido e continuará a ser, conduzido pelos EUA, o que implica que a Europa esteja, mais uma vez, completamente subalternizada pelos EUA relativamente à actuação nesta área e mais concretamente no Médio Oriente. Não se vislumbra que a Europa venha a conseguir alterar esta situação, até porque ao EUA não têm deixado a Europa ter um papel interventivo nesta região. Segundo o Dr João de Deus Pinheiro²⁵, apesar da UE suportar os encargos dos territórios palestinianos, não lhe é permitido pelos EUA ter um papel activo nesta região em virtude de a UE ser maioritariamente pró palestiniana, enquanto os EUA são declaradamente pró israelitas.

A grave crise que neste momento se vive no Médio Oriente, veio revelar de forma clara a ausência de uma política comum da UE para esta região. A fraqueza da UE no flanco sul, onde se tem limitado a assumir um papel de figurante, veio acentuar o cepticismo relativamente à criação de uma organização colectiva de segurança, em torno da bacia do mediterrâneo.

Mas é este de facto o grande objectivo da UE para esta região. Que poderá então esta fazer, no sentido de inverter uma situação de quase completa impotência? Relativamente ao Mediterrâneo, o mecanismo encontrado pela UE para estabelecer áreas de paz e desenvolvimento a sul, foi o da parceria, ao contrário da sua política para Leste, onde o mecanismo utilizado foi o do alargamento. Logo aqui há um problema discriminatório que alguns estados do sul não aceitam muito bem.

Os principais problemas a enfrentar no Mediterrâneo são estruturais de tipo económico, militar, político social e ambiental. As medidas geradoras de confiança e que poderão de facto levar a resultados concretos, são aquelas que tenderem a diminuir as disparidades existentes entre o norte e o sul. Neste sentido, a UE poderá levar a cabo um conjunto de medidas tendentes a diminuir estas diferenças, concretamente nos campos económico e militar, sempre que exista reciprocidade por parte dos estados do Sul e Este. É necessário ir além de medidas declaratórias

²⁵ Conferência proferida no IAEM em 30Nov00



(no que diz respeito ao campo militar iremos ver mais à frente o que poderá ser feito). Deve-se ter em conta que no relacionamento entre a Europa e o resto do Mediterrâneo, um factor também tem ressaltado e dificultado a obtenção de resultados satisfatórios. Assim, enquanto os países europeus actualmente relevam os assuntos de segurança e a criação de um sistema de segurança para o Mediterrâneo, já que esta talvez seja a principal preocupação da Europa relativamente a esta região, por sua vez os parceiros do sul tentam levar o cerne das questões para os assuntos económicos e sociais, sendo essas as suas preocupações mais prementes. E se de facto ambas as questões estão interligadas, importa definir objectivos concretos a atingir e comprometer neles todas as partes e todos os actores. Com efeito, a história tem mostrado que as iniciativas que tenham uma dimensão global, obtêm melhores resultados que as outras.

De facto a análise feita à diplomacia do Mediterrâneo, permite verificar que as iniciativas que relativamente à participação, envolvem um maior numero de estados, mesmo os não pertencentes à bacia do Mediterrâneo, têm mais hipóteses de sucesso. Também não é seguro que seja unicamente ao nível dos estados, que se venham a estabelecer as alianças internacionais úteis e necessárias à construção de um sistema de segurança Mediterrânico. Com efeito, a intrusão dos grandes sistemas de poder mundial, tem provocado através da globalização da economia o estoiro das sociedades locais que consequentemente fragilizam os estados. Assim, para se atingir este grande objectivo que é um sistema de segurança e cooperação para o mediterrâneo, é necessário que se centralizem as negociações nos verdadeiros actores da sociedade mediterrânica, não sendo estes necessária e exclusivamente os estados. Parece importante a inclusão de actores mais variados e que de facto poderão ser determinantes e não apenas os estados. Poderá ter que se incluir nestas negociações alguns actores com os quais eticamente seja difícil negociar, em virtude de atitudes anteriores, no entanto dever-se-á olhar sempre a interesses superiores.

Assim, parece que nesta região, nenhuma proposta politico-militar se poderá focalizar somente num nível de organização (por exemplo os estados), mas antes deve englobar e comprometer ao nível dos negociadores e do resultado das negociações, outros níveis de organização ou tipos de identidades, sejam elas; as grandes religiões, a Liga Árabe, os palestinianos, os curdos, a OTAN, o G7, enfim todo um conjunto de organizações que de facto são parte activa nesta região.



Também ao nível dos conteúdos, terá de haver a capacidade de elaborar um conjunto de propostas que de facto venham a ter efeito real. Acontece que por vezes há uma certa dificuldade em abordar os problemas reais e concretos, parecendo mais fácil debaterem-se processos de intenção que se sabem impraticáveis e sem efeito real algum. As propostas devem ter um empenhamento global de um grande projecto aglutinador que mobilize as diásporas. A experiência também tem mostrado que as iniciativas que relativamente ao conteúdo têm uma natureza mais global, abordando vários e múltiplos aspectos de natureza política, económica, social, cultural, têm mais possibilidades de ser bem sucedidas. Esta globalização do conteúdo também pode ajudar a ultrapassar a diferença de interesses, relativamente aos assuntos a discutir. A Parceria Euro Mediterrânica, obedece quase por completo a estes requisitos, e aparentemente, reúne todas as condições para ter sucesso, de facto dirige-se à realidade mediterrânica, com uma interacção das diferentes regiões, poderá integrar vários actores desde a OTAN até às religiões e abrange vastas áreas desde a económica, cultura/social e política. Reúne de facto as condições necessárias para ter sucesso, mas será que são as suficientes?

Acontece que está completamente dependente do Processo de Paz Israel-Árabe e este é liderado pelos EUA e dificilmente a UE aí terá capacidade para intervir. Perante este quadro como poderemos perspectivar o futuro das relações diplomáticas nesta região?

1º Cenário

Continuará a haver uma nítida competição entre processos, com uma duplicação de esforços. Os EUA continuarão fundamentalmente interessados na região do Médio Oriente, e sabendo-se da importância que Israel tem para os EUA, continuará a liderar este processo de acordo com os seus interesses e não é crível que venha a tomar qualquer atitude desfavorável a Israel, o que pressupõe desde logo um arrastar do processo. Também dificilmente a UE conseguirá assumir uma posição interventiva que lhe permita adquirir uma bagagem de credibilidade nesta região, necessária a todo o processo Euro Mediterrânico. Assim, ter-se-á que esperar a resolução da crise Israel-Árabe e após esta, poderá a UE, numa posição fragilizada, tentar levar por diante a sua pretensão da criação de uma zona de cooperação e segurança para o Mediterrâneo. Neste cenário, a UE verá o seu processo de Barcelona congelado por tempo indeterminado. Também



não parece crível que a UE venha a tomar uma posição declaradamente favorável a Israel, até pelas ameaças à sua segurança que esta atitude poderia representar. Assim, nesta situação assistiremos a um prolongar de toda a conjuntura actual, que poderá ter consequências nefastas para toda a segurança nesta região. No fim de contas não será mais que o arrastar da situação actualmente vivida.

2º Cenário

A EU parece determinada em alcançar uma estrutura de cooperação e segurança que lhe alivie as fundadas preocupações que lhe causam o sul. Também o sul vê com agrado a possibilidade de poder diminuir as disparidades existentes.

Atendendo a que o conflito Israel – Árabe, embora afecte toda a bacia, afecta fundamentalmente a sua parte Oriental, não será descabida a ideia de desenvolver um conceito de cooperação e segurança para a área do Mediterrâneo Ocidental, até porque os conflitos e focos de instabilidade aí existentes, aparentam ser de mais fácil resolução.

Haveria assim uma divisão de tarefas, com os EUA a desempenharem um papel de liderança no Médio Oriente e a UE chamada a desenvolver estrutural e operativamente o Magrebe. A UE deverá mostrar uma vontade determinada de ajudar a parte sul da bacia ocidental a ultrapassar os seus principais problemas, tais como: Explosão demográfica/desemprego, dívida externa conflitos étnicos e fundamentalismo islâmico. A França parece ser a principal defensora desta possível solução. Torna-se fundamental para este cenário, a resolução do problema da Argélia, que dá mostras de ligeira melhoria, mas ainda não o suficiente para um clima de mútua confiança. Também Marrocos ameaça entrar por caminhos de alguma instabilidade. Serão estes os problemas a ultrapassar, mas que se apresentam de mais fácil resolução que o conflito Israel-Árabe. Poderá ser esta a solução mais provável e de maior viabilidade, perante a situação actualmente vivida.

Mas, em qualquer destes cenários sobram sempre os problemas nas áreas dos Balcãs e Turquia. Ambos os casos estão interligados.



Parece certa a futura integração da Turquia na UE. Se por um lado esta integração fará diminuir uma série de ameaças, não deixa de ser verdade que poderá trazer para o interior da UE alguns factores de risco.

O primeiro será a possibilidade de trazer para o interior da UE um conflito como o que opõe Gregos e Turcos. E se é um facto que um entendimento entre eles faz parte das premissas para a integração, também não deixa de ser verdade que este é um conflito milenar e que não parece de fácil e repentina resolução. Isto obrigará a UE a desenvolver os mecanismos e a habilidade negocial para a resolução deste conflito.

Outro será o problema Curdo. Este não se afigura de fácil resolução. Não parece crível que neste assunto a Turquia venha a fazer cedências (sobretudo territoriais) de qualquer espécie. Sabe-se também que a actuação das Forças Armadas Turcas neste conflito está longe de se adequar nos princípios da UE.

O terceiro problema será o de trazer o Islão para a UE. Todos os países da UE são culturalmente próximos. O que eticamente é correcto num país é correcto nos outros. A Turquia é islâmica, há aspectos que reciprocamente chocam em termos éticos e culturais. Neste aspecto a integração da Turquia, afigura-se problemática.

Existe também a possibilidade de um grande fluxo de emigração turca para Ocidente, facilitado pela integração. Apesar da Europa vir a necessitar de imigração devido ao envelhecimento da sua população, a emigração islâmica como já vimos é geradora de tensões e por norma despoleta o xenofobismo. Serão fundamentalmente estas as consequências da integração da Turquia. A UE terá de ter a habilidade política para as resolver.

Mas a integração da Turquia na EU, será também um factor decisivo no debelar da crise nos Balcãs. Sabendo-se da influência que a Turquia exerce sobre os Balcãs, é crível que a integração da Turquia, seja um factor determinante para a estabilidade nos Balcãs.

Parecem ser estes os desenvolvimentos possíveis de prever em termos de diplomacia, num futuro mais imediato, tendentes a um incremento da estabilidade nesta região. Tentarei agora concretizando mais em termos de segurança prospectar os passos que terão de ser dados com vista à implementação de um modelo de Prevenção e Gestão de conflitos para a região Euro Mediterrânica, que poderá ser aplicado em qualquer dos cenários anteriormente expostos.



A declaração de Barcelona dá relevo à necessidade de uma acção comum relativa à Prevenção e Gestão de conflitos. Assim, os participantes comprometeram-se a:

“considerar algumas medidas de segurança e confiança que possam ser tomadas entre as partes”

“Renunciar ao desenvolvimento de capacidades militares, que vão para além das requeridas para a legítima defesa, incluindo passos concretos para prevenir a proliferação nuclear, química e biológica, bem como a acumulação excessiva de armas convencionais.”

O primeiro ponto diz respeito ao conceito de transparência enquanto o segundo trata o conceito de suficiência.

Relativamente ao conceito de transparência, há necessidade de definir princípios e regras que conduzirão a uma maior transparência e previsibilidade. É pois absolutamente indispensável estabelecer-se um diálogo sobre assuntos de segurança. No norte espalha-se a ideia de que a civilização ocidental se encontra ameaçada por vários fenómenos emanados do sul, como sejam a proliferação nuclear, química e convencional, pressões da emigração, terrorismo e fundamentalismo. Na perspectiva do sul, o norte é o grande responsável pela instabilidade nos preços da energia e matérias primas, pressões da dívida, intrusão cultural, racismo e xenofobia.

Estas percepções são essencialmente devidas ao desconhecimento que cada parte tem sobre as intenções da outra. A resposta que se venha a dar a uma ameaça de segurança não deverá ser imposta, pois correrá o risco de vir a ser entendida como uma intromissão aos olhos do sul. Deve antes basear-se numa aproximação cooperativa entre as partes, para uma definição comum dos riscos e ameaças e das respostas a dar.

A prioridade será tranquilizar as percepções da “imagem do inimigo” que existem ao longo do eixo Norte-Sul, e também definir regras de comportamento conducentes a relações de boa vizinhança entre estados e grupos de estados.

Com vista à implementação de um clima de confiança, transparência e previsibilidade na região, é importante a troca de informação relativa às missões militares, doutrinas militares nacionais e dispositivos de forças.

É de referir que a reestruturação do flanco sul da OTAN (AFSOUTH), foi recebida com grande receio pela maior parte dos países do sul, devido à falta de comunicação entre a Aliança e estes



países. É necessária também uma maior transparência relativa aos objectivos de forças militares como a EUROFOR, EUROMARFOR e Força Militar Europeia(FME). Também será necessário a activação de um sistema de alerta prévio, que possibilite uma ajuda eficaz aos governos nas suas decisões. Visaria este sistema, a detecção prévia de uma crise e as informações que possam ajudar à gestão de um potencial conflito. Serviria também para prevenir crises humanitárias, desastres ecológicos e poderia também analisar outros factores que tenham impacto na segurança da região Euro Mediterranica (inflação, desemprego, matérias primas, água, energia, mercados, etc.)

Outra medida geradora de confiança seria a troca de experiências ao nível de forças de Paz, onde os países árabes poderiam beneficiar da experiência dos europeus e estes dos recursos árabes no apoio à realização de actividades comuns. De referir que o Egipto e a Jordânia já participaram nas Forças de paz na ex. Jugoslávia.

Relativamente ao segundo conceito expresso na declaração de Barcelona que é o da suficiência, visa a eliminação das capacidades militares que vão para além das necessidades legítimas de Defesa Nacional.

Paradoxalmente, para o sul, esta é uma das grandes preocupações da Europa. Paradoxalmente porque a desproporcionalidade entre as capacidades militares do norte e do sul do Mediterrâneo em termos convencionais e nucleares é grande. No entanto o discurso do norte sobre assuntos de controlo de armamento, enfatiza as ameaças militares da margem sul. De facto a aproximação europeia aos assuntos de controlo de armamento e desarmamento na região do Mediterrâneo centram-se na não proliferação e na necessidade de controlar a transferência de tecnologia militar. A Europa tem proposto medidas de controle de armamento que consistem na prevenção da proliferação descontrolada de armas de destruição maciça (ADM). Estas medidas limitam-se aos aspectos particulares do controle de armamento, não fazendo nunca alusão ao desarmamento. Sendo unanimemente reconhecido que a proliferação de ADM é uma ameaça à segurança internacional, pensa o sul que a questão do desenvolvimento destas armas a norte , deve também ser levantada e é vista como uma ameaça.

Como se poderá então desenvolver um programa regional de desarmamento? Será necessário desenvolver um conjunto de programas de curto, médio e longo prazo que visem levar todos os



estados euro mediterrânicos a subscreverem os instrumentos de não proliferação nuclear, química e biológica (TNT, CWC e BWC). É também fundamental a adopção de medidas para reduzir o número de mísseis nucleares balísticos de longo alcance. Qualquer decisão para retomar a produção de material nuclear, deverá ser discutida a nível regional e também global. Atingidos estes objectivos, poderão estar reunidas as condições necessárias para a implementação de um sistema de segurança e paz regional e completar a desnuclearização da região Euro Mediterrânica. A situação ideal seria que cada estado mantivesse apenas as forças e armas militares que necessite para a defesa própria e satisfação das suas obrigações internacionais.

6. IMPLICAÇÕES PARA PORTUGAL.

a. Diplomacia Portuguesa

O crescente interesse de Portugal pelo Mediterrâneo, foi uma consequência directa da sua integração na Europa. De facto, ao longo da história, Portugal sempre foi mais virado para o Atlântico. Havia mesmo a convicção de que uma viragem para o Mediterrâneo iria colidir com os interesses da Espanha. Também o facto de Portugal não ser banhado pelas águas do Mediterrâneo ajudava os defensores da vertente atlantista. No entanto com Marrocos, por razões históricas e geográficas as relações já eram de certa forma privilegiadas.

A vertente mediterrânica nas relações exteriores portuguesas surge com mais acuidade no final dos anos 80, motivada essencialmente pela preocupação crescente com a crise social nos países do Magrebe e as implicações que daí adviriam.

Já relativamente ao Médio Oriente, as relações são menos desenvolvidas e não representam uma prioridade em termos de política externa portuguesa.

A integração de Portugal na UE, tem levado a que a política externa portuguesa tenha uma vertente mediterrânica cada vez mais vinculada, motivada pelas preocupações comuns aos países do sul da Europa, pelos desenvolvimentos nos países do Magrebe e a consciência que Portugal tem, de que esta é uma região onde poderá desempenhar papel privilegiado, como interlocutor Norte-Sul, sendo esta uma oportunidade para projectar o País na Europa e no Mundo²⁶.

²⁶ MONICA SILVA E PAULA PEREIRA, A política portuguesa para o Mediterrâneo, Janus 98 (suplemento)



Portugal tornou-se assim mais um a favor duma política mediterrânica na UE. Mas não foi apenas através da UE que a política externa portuguesa para esta área se desenvolveu. Também a nível bilateral se estreitaram relações, realizaram-se cimeiras anuais entre chefes de estado, assinaram-se acordos de cooperação bilateral, abrangendo diversas áreas (educação, sociais e defesa). Estas iniciativas demonstram que de facto Portugal tem preocupações com a crise económica, social e política que os países do sul enfrentam. Portugal e a Europa em geral tem-se deparado, nestas relações com o sul, com um problema. Estes países em geral têm regimes pouco democráticos, onde as oposições são reprimidas e a corrupção é generalizada. Sente-se assim a necessidade de desenvolver reformas políticas tendentes ao desenvolvimento destes países. Por outro lado estes regimes são pró ocidentais, constituem uma barreira aos movimentos islâmicos radicais, que por norma são a principal força de oposição nestes países. Assim, tenta-se não fragilizar os actuais regimes. Em termos militares, os países magrebinos não constituem ameaça para a Europa. Há no entanto como vimos uma série de factores susceptíveis de vir a ter implicações em termos de estabilidade. Portugal sendo um país de recursos mais limitados que os restantes países europeus do sul (Espanha, França e Itália), tem procurado tirar partido daquelas que são algumas vantagens políticas, relativamente a estes países. Assim, o facto de não existir qualquer contencioso territorial com os países do sul (Espanha tem as questões de Ceuta e Melilha) e ainda o facto de não ter um passado colonial com estes países (casos da França Itália e Espanha), são trunfos que a diplomacia portuguesa tem utilizado. As autoridades tem desenvolvido essencialmente relações políticas, tentando paralelamente desenvolver relações económicas, sendo que estas no entanto se mantêm por níveis bastante abaixo das expectativas. No entanto, o governo português fez grandes investimentos no gasoduto Magrebe – Europa, que conduz o gás natural da Argélia para Espanha e Portugal. Este facto leva a que tenham aumentado as preocupações portuguesas com a região. Apesar de haver a ideia de que nenhum governo argelino ousará por em causa aquela que é a maior fonte de receitas do País (cerca de 97% das exportações), já ocorreram atentados aos gasodutos. No entanto a Argélia mobiliza um apertado dispositivo de segurança e militar para as regiões de produção a sul. Esta dependência energética da Argélia, lembrando também que o gasoduto atravessa Marrocos, tem um impacto



forte na política externa portuguesa para o Magrebe e reforça as preocupações portuguesas com a estabilidade na região.

Relativamente ao Médio Oriente, apesar da dependência energética da região, através do petróleo vindo dos países do Golfo, Portugal nunca teve uma verdadeira política para esta região. Sempre aí tivemos uma representação diplomática muito limitada e consequentemente uma informação deficiente que não permitia uma política activa para a região. Apesar do interesse demonstrado por Portugal durante a Presidência da UE, não é crível que esta venha a ser uma prioridade da Política Externa e de Segurança Portuguesa.

Portugal participou activamente em diversas iniciativas da diplomacia Mediterrânica, já anteriormente detalhadas, tais como : Dialogo 5 + 5, CSCM, Fórum para o Dialogo e Cooperação no Mediterrâneo, Parceria Euro Mediterrânica, Dialogo da OTAN.

b. Implicações para Portugal

Da análise feita anteriormente não se vislumbra uma ameaça efectiva à segurança de Portugal vinda desta região. As FA dos países do sul não constituem ameaça fora das suas fronteiras. Aliás dum modo geral Portugal não tem grandes problemas de segurança no seu espaço de soberania. No entanto existem uma série de implicações vindas desta região ,que de futuro poderão afectar a segurança do nosso país.

A instabilidade e os elevados níveis de insatisfação social dos países magrebinos, juntamente com a percepção que estes têm do modo de vida nos países do norte, prevê-se que venha a desencadear uma vaga de emigração em direcção ao norte, bastante elevada. Portugal não tem sido, nem se prevê que venha a ser, um destino preferencial desta emigração. No entanto sabe-se que Portugal irá, a não muito longo prazo (aprox. 30 anos), necessitar de elevado numero de imigração (1,5 milhões)²⁷, devido ao envelhecimento da sua população. Isto poderá favorecer a entrada de emigração vinda do sul. No entanto com o alargamento da UE a Leste, estão criadas as condições para que essa emigração seja essencialmente daí originária. Ainda assim não é de

²⁷ Dr João de Deus Pinheiro – Conferência proferida no IAEM



descurar esta questão da emigração árabe, que pela experiência vinda de outros países se sabe ser normalmente geradora de grandes tensões.

A instabilidade na Argélia, poderá ter consequências no fornecimento de gás a Portugal. Com efeito do dispositivo de segurança que o estado argelino instalou, não se pode dizer que o gasoduto, em que Portugal tem enormes interesses, se encontra seguro. Também a crescente instabilidade em Marrocos poderá fazer perigar o funcionamento destas infra-estruturas, com as consequências que daí poderão advir para Portugal.

A posição que a UE vier a tomar na crise Israel – Árabe, poderá ter implicações para toda a Europa e consequentemente para Portugal. Com efeito uma posição europeia contrária às pretensões árabes, poderá desencadear uma vaga de represálias que poderá envolver Portugal.

O terrorismo nesta região aparece muito ligado ao fundamentalismo, exceptuando o terrorismo basco e este tem-se limitado ao território espanhol. O envolvimento (como vítima, claro) de Portugal em futuros atentados terroristas, irá depender muito das posições que em termos de política externa venha a tomar, quer a nível bilateral quer no âmbito da UE. Este terrorismo (ligado ao fundamentalismo), tenderá a atingir alvos nos países ocidentais que apoiem regimes árabes pró ocidentais. Com o agravar das tensões em Marrocos e o ressurgir do fundamentalismo, Portugal, atendendo às relações privilegiadas com este estado, arrisca-se a ser um potencial alvo a atingir.

Também a capacidade da Líbia em termos de mísseis de longo alcance poderá constituir uma futura ameaça para Portugal, atendendo sobretudo ao regime sui-generis deste país. No entanto a gradual inserção deste país na Parceria Euro Mediterrânica que a Europa, (mau grado a intransigência dos EUA) tem fomentado poderá ajudar a diminuir esta ameaça.

Portugal é uma porta de entrada preferencial da droga na Europa. Marrocos é o maior fornecedor de drogas leves em Portugal. Sabe-se que este é um fenómeno que com a recente despenalização



do consumo destas drogas, poderá levar a que as redes de tráfico vindas do Magrebe se intensifiquem.

Por fim, uma perturbação nas fontes de recursos energéticos, irá inevitavelmente afectar Portugal, com efeito é nesta região que se encontram grande parte dos nossos fornecedores de petróleo e gás natural. Uma eventual perturbação nestas fontes irá inevitavelmente constituir uma ameaça aos interesses de Portugal.

c. Uma estratégia a seguir

Irei agora, face às implicações anteriormente levantadas, tentar estabelecer aquelas que poderão ser algumas linhas de acção da estratégia portuguesa para esta região. Tentarei ter sempre em mente que a opção europeia deu a Portugal uma maior capacidade de actuação internacional, a fim de agir não só em prol dos interesses comunitários mas, também, de defender com intransigência os interesses nacionais, fazendo uso do poder e da influência que possui no âmbito de soberanias próprias da UE.²⁸

Portugal no âmbito da sua política externa tem necessariamente privilegiado uma vertente europeia, no entanto, tal como preconizado pelo Ministro dos negócios estrangeiros²⁹:

“ No plano internacional, gostaria que o nosso olhar não se limitasse à Europa que nos rodeia e abarcasse um horizonte mais largo. Portugal tem tido uma política externa ambiciosa, quer na vertente bilateral, quer enquanto voz ouvida nas instâncias multilaterais a que pertencemos.

...a definição de interesses estratégicos deve passar pela ponderação de algumas coordenadas de base. Citarei alguns exemplos para que temos chamado a atenção:

- *A Turquia aliada da OTAN e de inequívoca vocação europeia, que gostaríamos de ver participar construtivamente na conferência que acompanhará o alargamento da UE;*
- *A bacia do Mediterrâneo, onde se devem incentivar relações com a margem sul e promover as condições políticas e económicas que removam as causas de fundamentalismos que, como no caso da Argélia, podem assumir proporções trágicas*

²⁸ Dr. Jaime Gama Ministro dos Negócios Estrangeiros

²⁹ Intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros na conferência “Portugal, a preparação para o séculoXXI, desafios internos e ajuda externa



- A estabilização e normalização dos Balcãs de modo a que um dia se possa integrar plenamente nas instituições da grande família europeia”

Portugal ocupa uma posição de charneira entre EUA, Europa e África. Do ponto de vista político, a região pode potenciar a sua afirmação internacional, como interlocutor privilegiado no dialogo norte – sul, uma vez que não existe qualquer contencioso territorial com os países da região. Não existem traumas coloniais entre Portugal e outros países do sul, não sendo por isso parte directamente interessada nas questões que envolvem estes conflitos. Tem assim Portugal condições para se constituir como mediador dos conflitos da região e fazer das suas relações com o Mediterrâneo um trunfo determinante para se continuar a afirmar nas relações internacionais aumentando o seu prestígio.

Portugal deve, quer no âmbito da UE quer num quadro bilateral, apoiar a resolução dos diferendos existentes entre e dentro dos países do Magrebe, com vista ao estabelecimento de um clima de confiança mútua indispensável ao desenvolvimento da região, tentando sempre que possível assumir o papel de mediador e interlocutor privilegiado da região magrebina mesmo no seio da UE.

Relativamente ao Médio Oriente, Portugal sempre pautou as suas relações por um certo afastamento. No âmbito da UE, deverá ter uma posição favorável ao maior envolvimento desta na discussão dos assuntos da região. No entanto o envolvimento de Portugal neste conflito deriva essencialmente da utilização que os EUA fazem da base das Lages, para apoio a operações naquela região. Penso que poderia ser um erro, Portugal tentar tirar partido ou mostrar-se favorável a esta utilização das Lages, (para este fim) por parte dos EUA, sendo preferível sobre este assunto manter-se omissa.

Parece que Portugal, e a Europa na generalidade, terão mais a ganhar se no conflito Israel-Árabe mostrar uma certa prudência e tentar constituir-se como um contrapoder relativamente aos EUA, defendendo os interesses árabes.



Portugal deverá prever políticas de emigração, de modo a acautelar uma possível vaga de emigração Magrebina, que até poderá vir a ser necessária, mas que forçosamente terá que ser enquadrada.

Relativamente ao gasoduto da Argélia, Portugal poderá ter que se preparar para a eventualidade de os fundamentalistas Islâmicos tomarem o poder na Argélia. E se é verdade que nenhum governo argelino ousará colocar em causa a sua maior fonte de receitas, também é verdade que Portugal investiu bastante e terá que acautelar esse investimento.

Relativamente ao terrorismo, a melhor maneira de se evitar é não lhe dar motivos para agir. Assim, um empenhamento profundo em prol da defesa de regimes Árabes pró Ocidentais periclitantes, poderá levar a que se sofram represálias. É difícil Portugal manter uma posição distante, quando se defende que seja um actor privilegiado na região e se sabe das muito boas relações que Portugal mantém com Marrocos. No entanto Portugal deve favorecer as reformas políticas tendentes à criação de um clima de estabilidade social nestes países, que conduzirá ao desenvolvimento e à consequente diminuição da afirmação de grupos fundamentalistas.

Neste sentido, será também importante o alívio da dívida externa destes países e o incremento de um dialogo e cooperação destes países com a UE. Esta solidariedade politico-económica, contribuirá para o insucesso do fundamentalismo islâmico.

A componente militar também levanta algumas preocupações. O levantamento da EUROFOR e EUROMARFOR, criou um clima de receio e má aceitação nos países do sul, que se sentem ameaçados por estas Forças. Tal facto deriva de não haver conhecimento por parte destes Países, sobre quais os propósitos destas Forças. Portugal deverá pugnar por uma maior abertura aos países do sul, sendo estes convidados a participar nos exercícios (como observadores) e porque não defender a transformação desta EUROFOR numa possível Força do Mediterrâneo, que integrasse os países do sul. Isto aliviaria a ameaça que se sente com a proliferação verificada a sul.



Relativamente à Turquia, Portugal deverá apoiar a sua plena integração na UE, com as reservas naturais que lhe suscitarão os novos membros e a Turquia em particular, pela sua idiossincrasia.

Poderão ser estas as linhas de actuação, pelas quais Portugal poderá pautar as suas relações com esta região.

7. CONCLUSÕES

A análise do Mediterrâneo ou da região Euro Mediterrânica, mostra-nos que esta região pode ser considerada como a principal zona de tensões e interações geopolíticas a nível Mundial. Estas tensões correspondem ao traçado esquemático da grande linha de contraste entre o Norte e o Sul, entre países desenvolvidos e terceiro mundo, mas esta zona durante séculos foi também de confronto entre o Islão e o cristianismo. É no Mediterrâneo Ocidental que este contraste é mais evidente entre o norte e o sul. Por seu lado os problemas são muito mais complexos nos estados da parte Oriental do Mediterrâneo (Balcãs, Turquia, Médio Oriente), o contraste norte sul é aqui menos evidente. A chegada do capitalismo foi retardada durante séculos pelo domínio do Império Otomano, Muçulmanos e Cristãos aí coexistem de forma mais ou menos conflituosa. Árabes e Judeus estão em permanente conflito há 50 anos. Toda esta conjuntura leva a que esta zona se caracterize por uma permanente instabilidade com diversos conflitos inter e intra estados, alguns característicos deste século, outros herdados do passado que proporcionam as condições para uma série de focos de instabilidade que ameaçam a região Euro Mediterrânica.

A diplomacia tem procurado, sobretudo nos últimos 25 anos, criar um clima de estabilidade e segurança na região. Tem sido preocupação cada vez mais declarada a criação de um sistema de segurança e cooperação para o Mediterrâneo.

No entanto estas intenções tem sistematicamente deparado com obstáculos que se mostraram intransponíveis. Se no tempo da Guerra Fria era a oposição dos dois blocos, que acabava por fazer fracassar toda e qualquer iniciativa que pudesse alterar a conjuntura de relativo equilíbrio que nesta região se vivia, nos tempos mais recentes, o conflito Israel – Árabe e a rivalidade entre a Europa e os EUA, repartem entre si a responsabilidade destes fracassos. Mantêm-se de pé sobretudo duas



iniciativas de relevo. O processo de paz do Médio Oriente, que parece encaminhar-se para um rotundo fracasso e a Parceria Euro mediterrânica, que depende como está deste processo e com a incapacidade que a UE tem demonstrado para nele intervir, exigirá grande dose de habilidade diplomática, para não ver cair por terra todo o trabalho já desenvolvido, desde a Conferência de Barcelona em 1995.

Que papel caberá a Portugal perante este quadro? É de difícil resposta esta questão, sabendo que no período que atravessamos Portugal enfrenta problemas internos de não fácil resolução e que obrigarão a reformas profundas, sabendo também que a inserção na Europa está a ser mais difícil que há um tempo atrás se previa, sabendo também da nossa vocação Atlântica e da ligação histórica aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), ao Brasil e Timor, torna-se difícil no quadro da diplomacia exterior privilegiar de algum modo esta região.

Penso que Portugal o tem feito, na medida exacta das suas possibilidades e o continuará a fazer com a dose de mestria com que normalmente pauta as suas relações exteriores.

“ Portugal ajudou outrora a traçar o mapa do globo e está hoje indubitavelmente no mapa das principais organizações Europeias e Mundiais. O nosso propósito deverá ser agora o de saber estar com um grau de empenhamento mais determinado nesses centros de decisão, sem pedir licença por ser português mas com voz clara, firma e coerente na defesa dos nossos interesses e com convicções redobradas”

Jaime Gama

(MNE)

BIBLIOGRAFIA

Livros e Publicações

- AAVV. “O Mediterrâneo, Sua Segurança”, Jornal do Exército, Dezembro de 1999
- AAVV. Atlas das Relações Internacionais, Pascal Boniface, Paris, 1997
- AAVV. JANUS 2000, Público e Universidade autónoma de Lisboa, 1999
- AAVV. JANUS 2001, Público e Universidade autónoma de Lisboa, 2000
- AAVV. JANUS 97, Público e Universidade autónoma de Lisboa, 1997
- AAVV. JANUS 98, Público e Universidade autónoma de Lisboa, 1998
- AAVV. JANUS 98, Suplemento sobre as Forças Armadas, Público e Universidade autónoma de Lisboa, 1998
- AAVV. Diciclopédia 2000, Porto Editora, 1999
- AAVV. Enciclopédia Luso Brasileira
- AAVV. Enciclopédia Britannica, 1998
- AAVV. Enciclopédia Encarta, 1997, Microsoft
- AAVV. World Atlas 99, 1999, Microsoft
- BLANK, J. Stephen, Mediterranean Security, Stratégic Studies Institute, 1999

(Anexo Q)

*Países do Médio Oriente
(Indicadores)*

MEDITERRÂNEO¹

Grande mar interior, chamado pelos Latinos *Mediterraneum* ou *Internum Mare*, que comunica naturalmente com o Oceano Atlântico pelo estreito de Gibraltar e artificialmente com o Mar Vermelho pelo canal do Suez. O nome deriva da sua entre as terras da Europa Meridional, a África Setentrional e a Ásia Ocidental. Alongado no sentido Este-Oeste, estende-se por mais de 47° de longitude (entre 7°40' a Oeste e 39°25' a Este), com um comprimento de 4500 Km e uma largura muito variável: 740 Km entre Marselha e Argel, e 400 Km entre o Peloponeso e a Líbia. A sua superfície total é cerca de 3 000 000 Km², correspondendo ao Mar Negro 424 000 Km² e ao Adriático 135 000².

O fundo submarino que liga a Sicília à Tunísia divide o Mediterrâneo em duas grandes bacias: A Oeste fica o Mediterrâneo Ocidental ou Latino; a Este o Mediterrâneo Oriental ou Grego. O primeiro é o menos extenso e duas grandes ilhas, a Sardenha e a Córsega, dividem-no em dois mares: O mar das Baleares, a Oeste e o Mar Tirreno, a Este. Banha as costas ocidentais da Espanha, meridional da França, oriental da Itália, norte da Sicília, Tunísia, Argélia e Marrocos. Além das ilhas citadas contem o arquipélago das Baleares. No seu limite Norte encontram-se dois grandes golfos, o de Lião e o de Génova. O Mediterrâneo Oriental é bordado por costas muito mais irregulares. Banha a Norte toda a costa Sul da Europa Oriental, recortando-se em mares interiores, o Adriático, que banha as costas de Itália, Jugoslávia (ex) e Albânia; o Jónico; o Egeu, semeado de ilhas, que banha a Grécia e a Turquia, comunicando com o Mar Negro, que é um verdadeiro prolongamento do Mediterrâneo. Pela costa Oeste e Sul da Ásia Menor, o Mediterrâneo vem a terminar no extremo Este, banhando sucessivamente a Turquia, a Síria, o Líbano e Israel. Na parte Oriental fica ilha de Chipre. Ao Sul o Mediterrâneo banha as costas do Egipto, da Líbia e da Tunísia. Sensivelmente a meio

¹ Definição da enciclopédia luso Brasileira



tem a ilha de Creta. Ao Sul da Sicília fica pequena mas importante ilha de Malta. De uma maneira geral as costas europeias e asiáticas são rochosas; a costa africana, escarpada a Oeste do golfo de Gabes, apresenta costas baixas para Este. O Mediterrâneo não apresenta um sistema regular de correntes marítimas como os oceanos, mas apenas correntes locais. O regime das marés é assinalado pela sua pequena amplitude. A profundidade média das águas é de 1500 m. As maiores profundidades têm sido encontradas: 3150m. a Oeste da Sardenha, 3730 m. entre a Sardenha e o Golfo de Nápoles, 4400 m. a Oeste da ilha de Creta e 3870 m. próximo da costa da Ásia Menor. A depressão mais larga e mais funda é a Jónia entre a Sicília e Creta. As águas do Mediterrâneo, que não estão abertas à penetração das águas polares, têm uma temperatura sensivelmente superior às dos oceanos. A partir de 260 m. a temperatura é quase invariável e à volta de 12°. À superfície as temperaturas vão de 25° a 28°. É um dos motivos da elevada evaporação, não compensada pelos contingentes fluviais, que desagüam neste mar, e pelas chuvas, que só são abundantes no inverno. Resulta deste facto um aumento de salinidade do Mediterrâneo, avaliada em 38-39 por mil, ao passo que a do Atlântico, na mesma latitude, é de 35-36.

Sob o ponto de vista da fauna, o Mediterrâneo não forma uma zona distinta do Atlântico. As espécies penetram pelo estreito de Gibraltar, havendo algumas migrações fixas e movimentos certos de ida e volta. A abertura do canal do Suez permitiu a passagem para o Mediterrâneo de algumas espécies do Mar Vermelho e inversamente.

No centro de três partes importantes do velho mundo, banhando as terras dos grandes povos da Antiguidade, o Mediterrâneo teve sempre uma grande importância histórica e económica. Hoje é a mais frequentada das vias marítimas, o que se acentuou depois da abertura do canal do Suez, que encurtou notavelmente o caminho do Extremo Oriente e das Índias. Os diferentes domínios das suas margens nunca deram lugar a um domínio comum, mas têm feito do Mediterrâneo campo de luta das potências em todas as épocas da história.



Durante o período que antecedeu a queda do muro de Berlim, as relações no Mediterrâneo caracterizaram-se por duas iniciativas importantes.

A primeira surgiu em 1973, no interior da **Conferencia para a Segurança e Cooperação na Europa** (CSCE, hoje Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, OSCE), onde por insistência do primeiro ministro Maltês, que defendia o princípio (hoje amplamente aceite) de que a segurança da Europa não podia ser separada da segurança no Mediterrâneo, foi incluída na declaração final de Helsínquia uma secção dedicada a questões com a segurança e cooperação no Mediterrâneo, onde os estados declaravam a sua intenção de promover o desenvolvimento de relações de boa vizinhança com os denominados “Estados Mediterrânicos não participantes” e encorajar o desenvolvimento duma cooperação recíproca em vários campos, com o intuito de aumentar a confiança mútua e promover a segurança e estabilidade na região.

Sucederam-se diversas reuniões de peritos nos campos da economia, ciência, cultura e ambiente, naquilo a que se chamou a dimensão mediterrânica da CSCE. É de salientar a falta de interesse para os problemas mediterrânicos demonstrada por muitos estados participantes, incluindo as duas super potências, que contribuiu para transformar esta dimensão mediterrânica da CSCE, naquilo a que alguém chamou simulacro de diálogo¹

A segunda iniciativa foi lançada em 1974 (após a 4ª guerra Israel-Árabe²), entre a Liga Árabe e a Comunidade Europeia. Chamou-se **Diálogo Euro – Árabe** e pretendia criar um clima favorável para a cooperação regional. Com o agravar das relações entre a URSS e os EUA, e a deterioração da situação no Mediterrâneo, acabou por ficar congelado até 1989, altura em que voltou a sofrer um novo impulso, para ser definitivamente abandonado após a invasão do

¹ VICTOR GHABALI “Toward a Mediterranean Helsinki – type process”

² Também conhecida como guerra do Yom Kippur



Kuwait pelo Iraque. O fracasso desta iniciativa é essencialmente atribuído ao desacordo inicial entre as partes, sobre os assuntos a discutir. Assim, enquanto os países europeus davam prioridade aos assuntos económicos, os países árabes pretenderam dar uma dimensão política ao dialogo, incluindo o problema palestiniiano entre os assuntos a serem debatidos. Esta discordância relativamente ao conteúdo e prioridades criou a premissa para o abandono da iniciativa.

Surgiram ainda durante este período outras iniciativas, que no entanto eram limitadas de conteúdo e/ou participação:

- Reunião de ministros das relações exteriores dos 4 países do Mediterrâneo central (Itália, Líbia, Malta e Tunísia), naquele que ficou conhecido como o **“Plano de Acção para o Mediterrâneo”**, que deu lugar a um acordo regional para a cooperação, no sector do ambiente, que teve a participação de todos os países ribeirinhos.
- **Conferência Ministerial dos Países Mediterrânicos não Alinhados**; que teve lugar em La Valletta, em 1984.
- Também é de referir a política mediterrânica da **Comunidade Europeia** (CE) na altura, que se caracterizou por uma série de acordos entre a CE e Países do sul do Mediterrâneo, de natureza essencialmente comercial.

Pode-se dizer que todos os esforços no sentido de promover alguma forma de dialogo e cooperação no Mediterrâneo, durante o período da Guerra Fria, redundaram em fracassos. Excepção talvez para o Plano de Acção para o Mediterrâneo, mas que tinham um caracter estritamente técnico sem qualquer profundidade política. Estes fracassos deveram-se não só à natureza de cada uma das iniciativas, mas acima à conjuntura internacional dominada pelo



confronto Este- Oeste. As duas super potências estavam interessadas em manter o status-quo no Mediterrâneo e manifestavam reservas contra qualquer iniciativa que pudesse alterar o equilíbrio político militar a nível regional.

O fim da Guerra Fria eliminou alguns dos obstáculos que dificultavam a criação de uma estrutura regional de cooperação e segurança. Mas por sua vez pôs a nu os desequilíbrios já existentes entre o norte e o sul. Esta conjuntura, associada ao exaltar das tensões regionais ajudou ao aparecimento de novas iniciativas diplomáticas.

Em Setembro de 1990, no Meeting de Palma de Maiorca da CSCE, dedicado aos problemas ambientais na bacia do Mediterrâneo, surge uma proposta conjunta dos ministros espanhol e italiano dos negócios estrangeiros, no sentido desta se chamar **Conferência para a Segurança e Cooperação no Mediterrâneo (CSCM)**.

A CSCM, modelada na CSCE, foi introduzida como uma instituição destinada ao desenvolvimento político, económico e cultural, a um nível regional e estabelecer os alicerces para a segurança colectiva de vários grupos políticos, em redor do Mediterrâneo; CE, Balcãs, Magrebe, Médio Oriente até aos Países Árabes do Golfo Persa, Irão e também EUA e URSS. Os objectivos eram eliminar as causas de instabilidade e criar a premissa para uma organização de segurança na área do Mediterrâneo, impulsionar o desenvolvimento económico, melhorar as condições sociais e provocar um clima de confiança e transparência, numa estrutura de cooperação regional. Esta aproximação global aos problemas da área do Mediterrâneo, teve como princípio a consideração de que a estabilidade e a segurança eram inseparáveis do processo de desenvolvimento e de que este não se poderia circunscrever a alguns países ignorando outros.



A principal crítica apontada a esta iniciativa, dizia respeito à área geográfica levada em consideração, considerada muito grande. Também o modo como se podia aplicar a experiência da CSCE ao Mediterrâneo levantava dúvidas. Com efeito, a CSCE tinha sido concebida para dissipar a linha de fractura artificial causada pela confrontação Leste-Oeste, numa zona culturalmente homogénea e relativamente estável. A CSCM teria de enfrentar uma realidade sociocultural muito mais complexa e diversificada, caracterizada por um elevado nível de instabilidade.

Esta iniciativa contou com a hostilidade dos EUA, que mostraram claramente que queriam ser os primeiros a avançar com uma proposta para a resolução do conflito Israel – Árabe, (como de facto veio a acontecer alguns meses depois) e foi também friamente recebida por alguns países europeus, nomeadamente Alemanha e Grã Bretanha.

O seu fracasso deveu-se essencialmente a um interminável conflito Israel-Árabe, à guerra do Golfo e ao “boicote” dos EUA.

O congelamento da CSCM, levou a que a França tivesse proposto a sua iniciativa de cooperação regional limitada ao Mediterrâneo Ocidental, onde os interesses franceses seriam melhor acautelados. Assim em 1990, quatro países da CE³ e cinco países da União do Magrebe Árabe⁴ formaram o denominado grupo 4 + 5 (tornou-se depois **grupo 5+5** com a inclusão de Malta). O sucesso inicial desta iniciativa, deveu-se essencialmente à convergência de opiniões entre os participantes, no que respeitava aos objectivos da iniciativa que eram de natureza essencialmente económica. O resultado da guerra do Golfo, a crise argelina e o isolamento internacional da Líbia (também motivado pela atitude inflexível dos EUA), contribuíram para o abandono progressivo desta iniciativa.

³ Espanha, França, Itália e Portugal

⁴ Argélia, Marrocos, Líbia, Tunísia e Mauritânia



Se o fim da Guerra Fria havia criado as condições ao aparecimento de iniciativas diplomáticas, com o objectivo de criar uma organização de dialogo e cooperação, estas condições não foram suficientes para o sucesso das diferentes iniciativas, uma vez que o conflito Israel-Árabe e a “Oposição dos EUA”, se mostraram obstáculos inultrapassáveis.

O início do Processo de Paz no Médio Oriente (1991) e especialmente a assinatura dos acordos de Oslo em Washington; (1993) pensou-se viria resolver a situação de paralisação completa que durava há mais de 40 anos e trouxe um novo “fôlego” à diplomacia mediterrânica.

Os **Acordos de Paz Israel - Árabes** estabeleciam o principio de um estatuto provisório de autonomia. O Exército Israelita deveria progressivamente transferir o poder para a Autoridade Palestiniana a ser eleita. Assim, israelitas e palestinianos, deveriam chegar a acordo sobre o estatuto da Cisjordânia, Gaza e Jerusalém, sobre a questão dos colonatos judaicos e dos refugiados palestinianos. No entanto a violência foi progressivamente ressurgindo, a intransigência de Benjamim Netanyahu, que havia sido eleito juntando a direita, a extrema direita e os partidos religiosos integristas , bloqueou quase completamente o Processo de Paz e gerou-se novamente um clima de confrontos entre palestinianos e as forças israelitas. Actualmente verifica-se uma situação de quase completo desmoronamento de todo o processo, que poderá arrastar vários países para uma situação de guerra que começa a ser difícil de evitar. A vertente multilateral deste processo previa o envolvimento de vários actores fora da região, reunidos em 5 áreas de trabalho (desenvolvimento da economia regional, ambiente, recursos hídricos, refugiados, segurança regional e controlo de armamento).



Outra das iniciativas foi a proposta Egípcia para um **Fórum de Dialogo e Cooperação no Mediterrâneo** (1994). Os estados participantes⁵ adoptaram um documento onde se reafirma a necessidade de criar um organismo de cooperação, de modo a permitir, entre outras coisas, conciliar os objectivos do Fórum com os da PESC da UE. Foi ainda reconhecida a necessidade de promover a colaboração entre organizações governamentais e não governamentais, e foi decidido estender o Fórum a todos os países da bacia interessados na cooperação regional. As actividades iniciadas neste Fórum poderão vir a ser incluídas na estrutura da Parceria Euro Mediterranica da UE.

Em Novembro de 1994 teve lugar em Casablanca a **1ª Cimeira do Médio Oriente e Norte de África**, que reuniu cerca de 1200 homens de negócios de todo o mundo e representantes de 61 países. Esta Cimeira de carácter essencialmente económico, surge na sequência lógica do Processo de Paz Israel – Árabe , visava incrementar o desenvolvimento da actividade comercial e a promoção do crescimento económico. Promovida pelos EUA, visava a criação de uma premissa para uma Comunidade Económica do Médio Oriente e Norte de África (MENA), baseada nos princípios do livre mercado. Isto ajudaria Israel a integrar-se na região. A UE esteve presente em Casablanca com uma pequena delegação. As 2ª e 3ª Cimeiras⁶, vieram confirmar o papel secundário da UE, mais uma vez ultrapassada pelos EUA, numa área que é vital para os seus interesses.

Poucos dias após esta cimeira a UE anunciou uma nova iniciativa a nível regional, a **Parceria Euro Mediterranica**.⁷ Esta iniciativa reuniu na Conferência de Barcelona (Novembro de

⁵ Argélia, Egipto, França, Grécia, Itália, Marrocos, Portugal, Espanha, Tunísia e Turquia

⁶ Amman(1995) e Cairo(1996)

⁷ entre a UE e Argélia, Chipre, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Síria, Tunísia, Turquia e Autoridade Palestiniana



1995), os ministros dos países da EU e da maioria dos países que limitam o Mediterrâneo (Excepção da Líbia e dos Estados Balcânicos). O processo Euro-Mediterrânico teve a sua pedra de lançamento por assim dizer nesta conferência considerada como o acto fundador do Mediterrâneo do século XXI⁸. Esta conferência teve lugar em Novembro de 1995, aparecendo assim numa nova conjuntura relativamente à que prevalecia desde o fim da 2ª Guerra Mundial: Queda do muro de Berlim(1989), implosão da URSS, fim da Guerra Fria e da bipolarização, afirmação dos Estados Unidos como única superpotência, reforço da União Europeia, consolidação dos Dragões da Ásia e emergência de novos Dragões. Enfim, o fenómeno da mundialização, a que nenhum País ou grupo de Países (Europa, Magreb, Próximo oriente etc.) poderá fugir. Todavia ao mesmo tempo são constituídas organizações regionais na América (ALENA), Pacífico (APPEC), Ásia (entre o Japão e os Países da ASEAN). É relativamente a este pano de fundo que no que diz respeito aos conflitos aparece o processo Euro - Mediterrânico.

Os objectivos desta iniciativa centravam-se na cooperação em três áreas consideradas fundamentais; Política (criação de uma zona de paz e segurança); Económica e Financeira (desenvolver a cooperação económica) e Social, Cultural e Humana (intensificar o dialogo entre as diferentes culturas da região). O grande objectivo será a criação de uma sociedade mediterrânica, com uma zona de comercio livre entre 2000 e 2010, que inclui quase 40 países e 800 milhões de pessoas. Esta iniciativa visa ainda tornar possível passar-se de um sistema de relações tipo bilateral, para um sistema multilateral incrementando um clima de confiança entre todas as partes interessadas.

Outro elemento que distingue esta iniciativa europeia das que a precederam, foi a inclusão de uma dimensão política e de segurança, concorrente com os objectivos da PESC da UE. Não

⁸ Balta, Paul nov 95 INTRODUCTION AU FORUM DIALOGUE CULTUREL



obstante o grande interesse desta iniciativa, há quem expresse a dúvida de que o objectivo primário não será tanto, promover uma verdadeira política de sociedade, mas fundamentalmente garantir a segurança dos países da UE e por conseguinte, esta iniciativa surgiria mais por necessidade de reagir a crises e desenvolvimentos de natureza contingencial, do que realmente levar a cabo uma política de longo prazo.

Durante o processo de Barcelona (Apêndice 1) foram já estabelecidos vários acordos de natureza Euro Mediterrânica e alguns estão já em vigor, no entanto parece de difícil implementação o estabelecimento de uma zona de comércio livre até 2010. Tal acarretaria uma factura muito grande a pagar pelos países do sul e também os países da UE não arriscam por em causa a sua PAC⁹.

No que diz respeito à criação de uma zona de paz e segurança, apesar dos passos dados nesse sentido, estará sempre dependente do Processo de Paz do Médio Oriente, sendo este fundamental para o sucesso do processo de Barcelona.

Apesar de se ter realizado a Cimeira de Marselha a 15 e 16 de Novembro deste ano, foi completamente esvaziada de conteúdo e sobretudo na área que diz respeito à segurança, o Processo de Barcelona encontra-se completamente refém do que vier a acontecer no Processo de Paz Israel-Árabe, onde diga-se a UE não tem desempenhado um papel activo, o que inevitavelmente irá ter implicações no futuro.

Durante esta fase da diplomacia mediterrânica, outras iniciativas menores surgiram, como a proposta maltesa (1992) para a criação de um **Conselho Mediterrânico**, modelado em grande parte no Conselho da Europa. Também durante a Conferência Final do Pacto de Estabilidade na Europa (Paris, 1995) surgiu a ideia de um **Pacto de Estabilidade para o Mediterrâneo**.

⁹ Política Agrícola Comum



Também para as Instituições de Segurança Ocidentais (UEO, OTAN e OSCE) a segurança no Mediterrâneo tem sido preocupação constante. Na sequência da declaração de Petersberg, a **UEO** propôs um dialogo abrangente sobre assuntos de segurança, incluindo nele parceiros mediterrânicos¹⁰. Este dialogo não produziu interesse significativo nestes parceiros tendo inclusive alguns países mostrado a sua relutância em continuar as conversações (Egipto e Turquia).

A **OTAN** por sua vez também decidiu iniciar o dialogo com seis países do sul¹¹, com o objectivo de construir um “Partnership for Peace in the Mediterranean”. Também o Comité de Altos Funcionários da **OSCE** decidiu convidar os países do sul do Mediterrâneo, para as suas reuniões.

Estas iniciativas aparentam ter poucas hipóteses de sucesso nos seus objectivos, não só devido à discriminatória selecção dos parceiros, como também pelo facto de aparentemente estes não parecerem convencidos por qualquer destas propostas.

¹⁰ Argélia, Marrocos, Tunísia, Egipto, Israel e Mauritânia

¹¹ Egipto, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia

APÊNDICE 1

PROCESSO DE BARCELONA

27 E 28 de Novembro de 1995

**I Conferência Euro-Mediterrânica ou
Conferência de Barcelona**

15 e 16 de Abril de 1997

**II Conferência Euro-Mediterrânica ou
Conferência de Malta**

15 e 16 de Abril de 1999

**III Conferência Euro-Mediterrânica
ou Conferência de Estugarda**

16 e 17 de Novembro de 2000

**IV Conferência Euro-Mediterrânica
ou Conferência de Marselha**

PAÍSES DO MÉDIO ORIENTE: alguns indicadores

	População (milhares)	Índice de Desenvolviment o Humano	PIB per capita (\$ USD)	Inflação (%)	Dívida (milhões de \$ USD)	Serviço Dívida (%)	Despesas Militares (% PIB)
<i>Egipto</i>	64 666	0,614	2 860	4	31 407	13	4,5
<i>Israel</i>	5 781	0,913	18 100	7	-	-	12,1
<i>Líbano</i>	3 144	0,794	6 060	8,5	3 996	7	4,4
<i>Palestina</i>	2 350	-	1 500	-	800	-	-
<i>Jordânia</i>	5 774	0,73	3 570	6,3	8 118	14	5,6
<i>Síria</i>	15 063	0,755	3 020	1,6	21 420	4	4,8